



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**CARLOS ANDRÉ MARTINS LOPES**

**UMA REPRESENTAÇÃO DO NORDESTE NO ROMANCE A  
BAGACEIRA DO ESCRITOR PARAIBANO JOSÉ AMÉRICO DE  
ALMEIDA**

CAMPINA GRANDE – PB  
2010

**CARLOS ANDRÉ MARTINS LOPES**

**UMA REPRESENTAÇÃO DO NORDESTE NO ROMANCE A  
BAGACEIRA DO ESCRITOR PARAIBANO JOSÉ AMÉRICO DE  
ALMEIDA**

Trabalho acadêmico orientado apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para integralização curricular do curso de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Jomar Ricardo Silva

CAMPINA GRANDE – PB  
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

L864r            Lopes, Carlos André Martins.

Uma representação do nordeste no romance A Bagaceira do escritor paraibano José Américo de Almeida [manuscrito] / Carlos André Martins Lopes. – 2010.

61 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2010.

“Orientação: Prof. Dr. Jomar Ricardo Silva, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais”.

1. Literatura Paraibana. 2. Regionalismo. 3. Análise Literária.  
I. Título. II. Almeida, José Américo de.


21. ed. CDD B869

**CARLOS ANDRÉ MARTINS LOPES**

**UMA REPRESENTAÇÃO DO NORDESTE NO ROMANCE A  
BAGACEIRA DO ESCRITOR PARAIBANO JOSÉ AMÉRICO DE  
ALMEIDA**

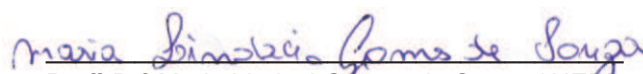
Trabalho acadêmico orientado apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para integralização curricular do curso de Licenciatura Plena em História.

Aprovado em 07/12/2010



---

Profº Drº Jomar Ricardo Silva / UEPB  
Orientador



---

Profª Drª Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB  
Examinadora



---

Profª Drª Patrícia Cristina de Aragão Araújo / UEPB  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS

*Em primeiro lugar eu agradeço a Deus, força que anima todo o ser que respira.*

*A minha amada esposa, pela compreensão, paciência, e pelo incentivo, sem os quais as coisas teriam sido tão mais difícil.*

*As minhas queridas filhas Maria Clara (Clarinha) e Hellen Caroline (Carol) sem dúvida as minhas maiores fontes de inspiração.*

*A toda minha família irmãos: Patrício, Andréa, Socorro, Gerlaine e Valéria. E, especialmente, a minha mãe, Maria José, e ao meu pai. Antônio Lopes.*

*Não poderia deixar de agradecer também ao meu orientador, Prof. Dr. Gomar Ricardo Silva, pela disponibilidade e pela atenção.*

## RESUMO

O romance “A Bagaceira” do escritor paraibano José Américo de Almeida é considerado uma obra inaugural de um movimento literário denominado “romance de trinta nordestino”. A literatura regionalista nordestina, de forte matiz realista, se propunha a pensar a “realidade” do Nordeste, procurando focalizá-lo em seus aspectos climáticos, políticos e sociais. O presente trabalho tem por meta estudar a representação que o livro tido como marco fundador desse movimento cria para o Nordeste. O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo procuramos estudar as representações que foram produzidas sobre o espaço nordestino no campo das ciências sociais. Procuramos mostrar como o Nordeste foi construído de forma contraditória nessas obras. No segundo capítulo, partindo do princípio de que os autores de representações sobre o mundo social possuem vínculos com determinados grupos sociais, políticos, institucionais etc., procuramos mostrar os vínculos do autor do romance com determinados grupos, bem como sua filiação a instituições políticas. No terceiro e último capítulo do trabalho procedemos a uma interrogação da obra, procurando delinear seus aspectos simbólicos como a temporalidade na qual se desenvolve o enredo, a dimensão simbólica das personagens, e o contexto histórico no qual o romance foi produzido. Nesta etapa do trabalho foi de fundamental importância as contribuições do crítico literário Antônio Candido, especificamente no que diz respeito ao processo de criação de personagem de ficção na obra literária.

Palavras-chave: Nordeste, literatura, representação.

## EL RESUMEN

el romance "el After-wine" del escritor Jose Américo de Almeida del paraibano se considera una ejecución inaugural de un movimiento literario llamado "romance de treinta del noreste". Literatura de Regionalistic del noreste, de cortina realista fuerte, si está considerado para pensar la "realidad nordestal", buscando para enfocarla en sus aspectos climáticos, de políticos sociales y. El actual trabajo tiene para que la meta estudie la representación que el libro tenido como señal de fundación de este movimiento crea para el noreste. El trabajo se divide en tres capítulos. En el primer capítulo buscamos para estudiar las representaciones que habían sido producidas en el espacio del noreste en el campo de ciencias sociales. Buscamos para demostrar mientras que el noreste fue construido de forma contradictoria en estos workmanships. En como el capítulo, el irse del principio de eso los autores de representaciones en el mundo social posee enlaces con los grupos sociales definitivos, los políticos, el institucional etc., nosotros busca para demostrar los enlaces del autor del romance con los grupos resueltos, así como su filiación la política de las instituciones. En el tercer y pasado capítulo del trabajo procedemos a una interrogación de la ejecución, buscando para delinear sus aspectos simbólicos como la temporalidad en la cual si desarrolla el diagrama, la dimensión simbólica de los personajes, y el contexto histórico en el cual el romance fue producido. En esta etapa del trabajo Antonio Candido era de importancia básica las contribuciones del crítico literario, específicamente en lo que él dice respecto al proceso de la creación del personage de la ficción en la composición literaria.

Palabras clave: Noreste, la literatura, la representación.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE NAS PRINCIPAIS OBRAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS .....</b>	<b>19</b>
1. Um panorama político da primeira república .....	19
2. Os múltiplos Nordeste .....	21
2.1. O Nordeste na concepção de Francisco de Oliveira .....	22
2.2. Silveira: a ideologia de uma classe dominante .....	24
2.3. Facó: uma estrutura econômica com resquícios de feudalismo .....	26
2.4. O Nordeste na concepção de Gilberto Freire .....	27
3. Outras representações do Nordeste .....	28
3.1 O regionalismo.....	30
<b>CAPÍTULO II: “UM HOMEM DE AÇÃO”: O INTELLECTUAL POLÍTICO .....</b>	<b>31</b>
1. FILIAÇÃO E VÍNCULOS INSTITUCIONAIS .....	32
<b>CAPÍTULO III: A BAGACEIRA .....</b>	<b>44</b>
1. O Nordeste e a modernização tecnológica .....	49
1.1 – Os retirantes .....	53
1.2 Um problema sem solução? .....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>62</b>



## UMA REPRESENTAÇÃO DO NORDESTE NO ROMANCE A BAGACEIRA DO ESCRITOR PARAIBANO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

### 1. INTRODUÇÃO

História e literatura, uma relação de aproximações e distanciamentos. Para Hayden White, não existe fronteira formal entre estes dois modelos de narrativa. A história, assim como o romance, são formas de representação histórica que não possuem qualquer referente fora delas. A narrativa histórica e o romance são auto-referenciais. Isso porque historiador e literato baseiam sua atividade na produção de tropos lingüísticos – metáfora, metonímia, sinédoque, etc. – na composição de suas narrativas. Os elementos tropológicos presente no texto de história, sendo próprios de uma narrativa de ficção, na percepção de Hayden White, subtrai qualquer valor científico do texto de história. Além disso, as duas modalidades narrativas organizam suas composições em forma de enredo, diferenciando-se o historiador do romancista apenas pelo fato de que o segundo inventa aquilo que narra, ao passo que, o historiador os encontra prontos nos arquivos. (PESAVENTO, apud, WHITE, 2008).

Para Paul Veyne, a história é um conhecimento que pode atingir certo rigor científico. Assim ela difere da literatura. A cientificidade da história torna-se possível, na concepção de Paul Veyne, quando o historiador baseia sua atividade na invenção de conceitos. Assim, o conhecimento histórico torna-se mais analítico e menos narrativo. Apesar da história não prescindir da narrativa, se aproximando por isso do texto literário, esta só adquire a possibilidade de comportar alguma verdade se ocorrer uma análise. A análise, por sua vez, torna-se possível por meio do conceito. A atividade da invenção de conceitos por parte do historiador, mais a utilização do documento histórico conferiria, na concepção de Veyne, um núcleo de cientificidade ao conhecimento histórico. É assim que a história se distingue do romance. (REIS, 2000).

Na década de 1980, Paul Ricoer se propõe a pensar a relação entre estas duas modalidades de narrativa. Para Ricoer, o escrito do historiador tem por meta atingir a verdade do acontecido no passado, valendo-se, porém, o historiador, de um conjunto de estratégias de representação e de reconstrução. As variações

imaginativas do historiador no processo de reinscrição do tempo vivido no tempo da narrativa, para que ocorra a identificação e o reconhecimento dos fatos narrados, pelo leitor, caracteriza o texto histórico como uma reconstrução do passado. A construção de um significado, e a ocupação do lugar do evento narrado, pela narrativa histórica – a narrativa ocupando o lugar do acontecido – classifica o texto do historiador como uma representação dos acontecimentos passados (PESAVENTO, 2008). Paul Ricoer, afirma Pesavento, postula que além do papel ativo da imaginação do historiador no processo de construção do texto de história, há também a influência do imaginário na figuração daquilo que é representado como o ocorrido no tempo passado. É o que Pesavento (2008) chama de ficcionalização da história. Assim, a história se aproxima do tipo ficcional de construção narrativa, ou seja, do romance, mas essa aproximação não apaga as fronteiras entre ambas, pois há elementos que produzem clivagens entre história e literatura. Entre estes elementos está o documento histórico. (PESAVENTO, 2008).

Para Paul Ricoer (2007) o documento designa a porção de “verdade histórica” (p.188) na narrativa do historiador. Mas para que um documento possa remeter à noção de prova, e mesmo para que seja constituído como tal, é preciso que haja uma interrogação. O “questionário” a ser levantado pelo historiador, segundo Ricoer, (2007) o conduz até os arquivos onde, lá estando, ele direciona seu olhar para os documentos adequados para responder seu questionário. A pergunta do historiador supõe a existência de determinados documentos, ou fontes documentais para que possa respondê-la, e de determinados procedimentos postos em prática no processo de pesquisa (RICOER, 2007).

Dessa forma, a fonte documental, na concepção de Ricoer, (2007) precisa ser construída, precisa ser procurada e encontrada. O documento histórico é constituído pela pergunta do historiador. Antes de lançada a questão, nada pode remeter a idéia de fonte histórica. Mas tudo pode ser transformado em documento, conquanto possa ser interrogado pelo historiador com a intenção de nele encontrar alguma informação sobre o passado (RICOER, 2007).

A narrativa do historiador comporta assim certa dose de ficção. Mas esta ficção é controlada porque sua atividade é pautada por aquilo que as fontes históricas lhe permitem enunciar sobre o passado. É por meio das fontes históricas que a imaginação do historiador encontra seus limites. É assim também que o processo de escrita de um texto histórico deve centrar-se com atenção sobre o documento

histórico. Segundo Reis (2000) Foucault afirma a este respeito que os documentos existem para o uso da história. O historiador, então, deve interrogá-los, com a finalidade de reconstruir o passado.

Assim, o trabalho do historiador não consiste tão somente na criação de “tropos”, mas, sobretudo, numa atitude de interrogação do passado por meio dos documentos históricos. O historiador interroga as fontes históricas com o objetivo de encontrar nelas explicações para as perguntas formuladas no presente. A literatura perde, então, o estatuto de narrativa similar ao texto de história por conta do trabalho sobre os vestígios do passado realizado pelo historiador, e passa a ser tratada como uma fonte privilegiada do estudo do passado. (PESAVENTO, 2008).

Isso porque a literatura, assim como a história, é, ambas, refigurações de um tempo, a configurar o que se passou, no caso da história, e o que poderia ter acontecido, no caso da literatura. Pesavento (2008) afirma que as duas narrativas são formas de apresentar inquietudes e questões de uma época que podem mobilizar para ação os homens de um determinado tempo. Sevcenko (2003) afirma que a literatura possui um enraizamento na sociedade, da mesma forma que uma árvore com suas folhas e frutos está presa ao chão por meio do seu tronco. A liberdade do literato é condicionada pelos valores, regras, motivos e temas, que são sugeridos ou fornecidos pela sociedade na qual está inserido. Isso significa assumir que o texto de literatura é transpassado pela sensibilidade de uma época. É o próprio Sevcenko (2003) que nos mostra como algumas produções literárias surgidas na primeira república brasileira se coordenavam segundo o sentido e o ritmo das transformações históricas que se processavam na sociedade carioca da época. Sevcenko se deteve nas obras de autores como Euclides da Cunha e de Lima Barreto, onde visualizou dilemas culturais vivenciados no período, e tensões históricas tidas como cruciais. (SEVCENKO, 2003). Assim, a relação estabelecida entre as duas disciplinas, deve ser, por parte da história, a de interrogação do texto de literatura. Isso porque o texto literário permite o acesso à forma de ser, de pensar e de agir de uma época. Ela permite uma interrogação sobre a sensibilidade de um dado período histórico. (PESAVENTO, 2008).

A literatura pode fornecer acesso à forma como as pessoas representavam a si mesmas ao mundo, ou ao grupo social do qual faziam parte. Permite vislumbrar os valores pelos quais uma época se guiava. Enfim, possibilita uma interrogação sobre o imaginário, ou sobre as representações de uma época. (PESAVENTO, 2008).

Francois Dosse afirma que a literatura constitui um instrumento eficaz para a recuperação das formas de ser, conhecer, e interpretar o mundo em um dado período histórico. Foi com a literatura que Lucien Febvre estudou a mentalidade do século XVI, através da obra de Rabelais, onde descobriu os limites da linguagem da época, os limites do pensável, as crenças ou descrenças possíveis. (DOSSE, 2003).

No entanto, a história cultural não procura a verdade de uma época inscrita no texto literário, pois o romancista se ocupa do vir-a-ser, ele não narra o que se passou e sim o que poderia ter acontecido (SEVCENKO, 2003). Desta forma, a investigação do historiador do cultural se dá no sentido de procurar a relação do autor do texto literário com o seu próprio tempo. Isso permite o entendimento do porque determinados temas ou enredos estão presentes em uma obra literária. (PESAVENTO, 2008).

Assim, a literatura pode ser percebida como uma representação de uma época, podendo fornecer acesso à sensibilidade de um determinado período histórico. De acordo com Pesavento (2008) o conceito de representação se configurou como uma categoria central na escrita da história cultural a partir das formulações de Marcel Maus e de Émile Durkheim. Este conceito, porém, apresenta várias acepções. De acordo com Silva (2009) o significado clássico do conceito está associado à idéia da busca de formas eficazes de captar o real, de tornar o real sensível, uma materialidade. Nessa forma de conceber o conceito, verificam-se duas dimensões: a representação externa, que se processa por meios de signos, como a literatura; e a representação interna, que é uma forma de conceber o real na consciência. (SILVA, 2009).

Outra conotação para o conceito parte do campo de estudo denominado pós-estruturalista e da assim chamada filosofia da diferença. Postulando que os sistemas de significação, incluindo a linguagem, não possuem estrutura estável, apresentam flutuação de sentido, a noção clássica do termo passa a ser rejeitada pelos teóricos ligados aos campos de estudo referenciados acima. Representação passa a ser concebida como um sistema de significação, desprovido, porém, de qualquer pressuposto mimético. A representação, assim, não seria uma forma de materializar o real no signo. Representar é, pois, nas perspectivas apontadas, produzir um sistema de signos, sem que este aloje a presença de um real. (SILVA, 2009). A representação pode ainda ser entendida como aquilo que pode dá a ver uma

ausência, como algo que ocupa o lugar de outro, servindo como sua substituição. (PESAVENTO, 2008).

Chartier (1990) constrói o conceito de representação a partir das conotações antigas do termo. Entre as várias acepções dessa noção para as sociedades do antigo regime europeu, está a que considera o conceito como o relacionamento de uma imagem presente com um objeto que está ausente, servindo a imagem como substituto do objeto.

Pesavento afirma que as representações são também portadoras do simbólico, a enunciar sentidos velados. Esses sentidos podem ser internalizados e investidos nas ações de pessoas ou grupos de indivíduos que passam a se comportar de acordo com o sentido que constroem para essas representações. A eficácia da representação não ocorre pelo seu valor de verdade, pelo seu caráter mimético. Não é a perfeita correspondência entre imagens do real e realidade que faz com que a representação seja eficazmente internalizada, ou reconhecida. Isso não quer dizer que uma representação não jogue com elementos do real. Ao contrário. A representação pode lançar mão de elementos evocadores do real, trabalhando com a produção de sentido para esses elementos e dando a vê-los como naturais, ocultando o seu caráter social e contingente. Tal assertiva não deve induzir o historiador a buscar a correspondência entre real e representação. A clivagem entre real e fictício não deve ocupar a atenção do historiador do cultural porque a representação se posta no lugar do real, funcionando como o seu substituto. (PESAVENTO, 2008).

Para Bourdieu a força das representações passa pela capacidade de mobilização e de produção de reconhecimento e de legitimidade social. Assim, mais uma vez, não é a veracidade que está na origem do reconhecimento de uma representação. É imprescindível ao seu reconhecimento um regime de credibilidade e de verossimilhança, e não de verdade. (BOURDIEU, 1989).

A literatura é, pois, uma representação de uma dada época. Representação que, como afirma Chartier (1990) parte da percepção de grupos sociais com interesse de impor sua autoridade sobre outros grupos. Representação que pode organizar o mundo social de uma dada forma, que produz os elementos por meio dos quais o presente pode adquirir sentido, dividindo o mundo social e marcando o lugar do outro. (CHARTIER, 1990).

Assim, podemos entender o romance de José Américo de Almeida, “A Bagaceira”, como uma representação. Essa representação procura dar a ver um espaço, a região Nordeste, em uma determinada época, a década de 1920. Entendendo o romance como uma representação do Nordeste, o da década de vinte, nos permite perseguir um dos objetivos da história cultural, segundo a acepção de Chartier (1990) qual seja, a identificação do modo como em uma determinada época uma realidade social é erigida, como ela adquire uma dada visibilidade, como ela passa a ser percebida de uma determinada forma.

A história cultural, na percepção de Chartier (1990) postula que o trabalho sobre as representações que expressam as percepções do mundo social é importante porque desvela as estratégias e práticas de grupos que visam impor seu domínio sobre outros, criando uma visão do mundo social que esteja adequada às suas aspirações. O conceito de estratégia pode ser tomado aqui de acordo com a acepção que Certeau (2009) lhe confere:

(...) Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (CERTEAU, 2009, p. 45).

Portanto, a noção de estratégia remete a lugares de poder, a espaços de onde se fala com autoridade, a lugares institucionais. As estratégias partem de indivíduos, ou de grupos sociais com interesse de tornar uma dominação legítima, de tornar um poder, seja ele político econômico ou social, reconhecido. A estratégia remete a lugares de força, de dominação.

Podemos assim nos apropriar dos conceitos de representação e de estratégia para proceder à investigação do romance do escritor e político paraibano José Américo de Almeida. Deteremo-nos na questão de saber: qual a representação do Nordeste que figura no romance “A Bagaceira”?

Começaremos nossa análise procedendo a uma revisão bibliográfica com o propósito de conhecer algumas das representações produzidas sobre o espaço nordestino em obras científicas. O propósito é mostrar que o Nordeste foi construído de diferentes formas, por diferentes autores, em diferentes épocas históricas, inclusive no que diz respeito aos seus limites territoriais. Com isso assumimos a

assertiva de Bourdieu (1989) quando diz que o real é definido por meio de batalhas, pela via das relações de forças. Mostrar as variações nas representações do espaço Nordeste, é também apontar para a luta institucional pela definição do real, (BOURDIEU, 1989) e contribuir para a desnaturalização das representações que são apresentadas como estudos fundamentados apenas na razão. (CHARTIER, 1990).

A etapa seguinte da pesquisa procurará se deter no estudo do lugar social do autor do romance “A Bagaceira”. A intenção aqui é estudar a posição social do romancista tendo em mente que as suas idéias remetem a lugares institucionais, a grupos políticos, econômicos ou sociais. Ligando ideais, ou enunciados, ou valores, etc. a lugares (institucionais, políticos, etc.) nos permite perceber a carência de neutralidade dos discursos pronunciados, pois o lugar que os originou mostra sua vinculação a interesses, a projetos de dominação, ou desejo de mudança de conjuntura política e social. (CHARTIER, 1990). Para o estudo do lugar social de José Américo de Almeida, nos utilizaremos de diversas obras historiográficas, livros de literatura e de jornais.

Na última etapa da pesquisa procederemos a uma interrogação do romance “A Bagaceira”. Na análise do livro recorreremos, sempre que necessário, à consulta de obras historiográficas, porque partimos do pressuposto de que o romancista mantinha no livro um diálogo com a história da região que procurava representar em sua obra. Essa abordagem do romance nos permite acessar a concepção do romancista sobre o que era a história da região, além de indicar a forma de como ele se apropriava dessa história para que sua representação adquirisse reconhecimento. Logo, a noção de apropriação se faz importante em nosso trabalho, pois ela nos direciona para “uma história social das interpretações remetidas para suas determinações fundamentais” ‘sociais institucionais, culturais’ (CHARTIER, 1990, p. 26). Com este conceito, na esteira de Chartier (1990) apontamos também para as formas contrastadas de utilização, ou de interpretação de uma mesma coisa, seja ela um bem cultural, um texto, etc. Esta noção “põe em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade das leituras”, que um mesmo texto pode suscitar (CHARTIER, 1990, p. 26).

Igualmente importante nesta etapa da pesquisa serão as contribuições do crítico literário Antônio Candido. Nos serviremos de suas formulações sobre “a significação da personagem do romance” com o propósito de marcar as estratégias

postas em jogo pelo romancista paraibano para conferir legitimidade à sua narrativa. Com Candido (2002) podemos também apontar para a relevância de cada personagem enquanto representantes de grupos sociais, e desvelar as estratégias que o romancista utiliza para representar as identidades desses grupos através da atribuição de características e de sentido a cada uma dessas personagens.



## **CAPÍTULO I:**

### **REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE NAS PRINCIPAIS OBRAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

#### **1. UM PANORAMA POLÍTICO DA REPÚBLICA VELHA**

Uma das principais marcas da primeira república brasileira é o controle dos mecanismos estatais por parte das elites hegemônicas estaduais, as chamadas oligarquias. Formadas por grandes proprietários de terra, estas elites faziam prevalecer seus interesses usando como instrumento, políticos que eram eleitos por meio de um sistema de compromissos. Em nível estadual, a política dos compromissos se manifestava sobretudo no fenômeno do coronelismo.

Surgido no período regencial, na ocasião da criação da Guarda Nacional, em 1832, o título de coronel era normalmente concedido aos grandes fazendeiros que detinham prestígio e poder político nas suas localidades. Uma vez recebido o título de coronel, estes passavam a compor a Guarda nacional, cuja função era manter a ordem interna, reprimindo as revoltas sociais.

A proclamação da república extinguiu a Guarda Nacional mas não destruiu o prestígio do coronel, embora ele tenha perdido a sua autonomia para os governos estaduais, como afirma Faoro (1997). Este passou a atuar como chefe político local, mantendo sob sua proteção, pessoas que dele dependiam em troca de total submissão.

O poder público municipal, via de regra exercido por um coronel, era estabelecido por um agrupamento de fazendeiros. Cada fazendeiro fornecia os votos dos quais necessitava o candidato para a ascensão ao poder municipal. Os votos que cada fazendeiro fornecia advinha das pessoas que habitavam os limites de sua fazenda, os agregados.

A troca de favores se completava na forma de benefícios concedidos aos donos de terra. Os favores vão desde o arranjo de empregos públicos para parentes dos coronéis, até o favorecimento de concessão de empréstimos em bancos.

Se havia uma relação de compromissos entre os coronéis e o poder público municipal, não era diferente também a relação entre o poder municipal e o governo estadual. Nesta política só ganhava aquele que tinha algo a oferecer.

Os municípios precisavam de recursos do estado para poder suprir suas necessidades e fazer melhoramentos em suas áreas de atuação. Leal afirma que:

A escola, a estrada, o correio, o telegrafo... – tudo exige o seu esforço,...É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos seus amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 1997, p. 58).

Os recursos que os municípios recebem, e com os quais são feitas melhorias de interesse dos fazendeiros locais, como construção de estradas, etc., são fornecidos pelo estado. É com estes recursos que os chefes políticos municipais mantêm seu prestígio junto aos oligarcas locais, recebendo assim apoio político destes. José Américo de Almeida, no livro *a Paraíba e seus problemas*, cuja primeira edição ocorreu em 1923, já denunciava a apropriação de verbas públicas por coronéis em interesses partidários. As verbas que seriam destinadas ao combate aos efeitos da seca, afirma Almeida, eram usurpadas para fins exclusivamente políticos. Nunes Leal (1997) visualiza na submissão dos coronéis um fator positivo, pois era dessa submissão que advinham as verbas para a “melhoria” da região, o autor da *bagaceira*, porém, argumenta que os recursos eram utilizados para proporcionar melhoramentos apenas para os coronéis. Isso porque “as realizações de utilidade pública” das quais faz referência Nunes Leal, não contemplavam os interesses das populações submetidas aos problemas das estiagens prolongadas. Para Almeida, a solução eficaz a esses problemas passava pelo empenho na construção de açudes para reter as águas das chuvas que se escoavam por falta de barragens. (ALMEIDA, 1980).

Dispondo então das verbas públicas das quais se serviam para satisfazer as próprias necessidades, era de fundamental importância para os coronéis, o apoio do governo estadual. Este privilegiava com mais recursos o município que lhe prestava obediência. Nas palavras de Nunes Leal, “o maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal, é ter o governo do estado como adversário”. Em contrapartida, o poder estadual ganhava o apoio decisivo para eleger os candidatos adequados para a manutenção do sistema. (NUNES LEAL, 1997).

O coronelismo mantinha uma estrutura de poder inserida em um contexto maior. Havia uma recíproca entre os chefes políticos municipais e os estaduais, assim como existia uma recíproca entre os últimos e o poder nacional. Se o município estava comprometido com o estado, este estava subordinado aos interesses de uma política que privilegiava as elites dos estados mais ricos da união.

A subordinação dos estados menos representativos da união aos interesses das elites dos estados mais ricos do país, notadamente, São Paulo e Minas Gerais, foi possível por intermédio da Política dos Governadores. Através dessa política, o governo nacional apoiava os grupos dominantes nos estados da união e, em troca, estes deveriam orientar seus deputados e senadores a apoiarem as decisões do executivo em âmbito nacional. A recompensa do governo nacional traduzia-se no envio de verbas e outros benefícios, dos que as elites dos estados mais pobres economicamente necessitassem para ampliar e manter seu prestígio regional.

Nas palavras de Raymundo Faoro, “a política dos governadores servia à feição, em hora oportuna, para consolidar a transferência de poder aos políticos da zona agrícola do sul” . São Paulo e Minas Gerais além de serem os estados economicamente hegemônicos, eram também os que mantinham o maior número de cadeiras no Congresso Nacional. Isso fazia com que a presidência da república fosse ocupada, alternativamente, apenas por representantes destes dois estados, surgindo assim a chamada política café-com-leite. Este sistema perdurou, praticamente, por toda a chamada... república velha. (FAORO, 1997).

As conseqüências desse sistema político se fizeram sentir sobretudo na marginalização econômica e social dos outros estados da união. De acordo com Faoro (1997) o Norte e o Nordeste do Brasil no contexto da Primeira República eram outros países, não participavam da dinâmica da economia dos estados do Sul. Estas regiões eram vistas como colônias dentro da nação, como regiões arcaicas, ao lado do “país moderno”, que eram São Paulo e Minas gerais. O Brasil dual passa a ser então representado na literatura historiográfica em termos de oposição, com seus respectivos pares: interior/litoral, campo/cidade, moderno/arcaico, etc.

## **2. OS MÚLTIPLOS NORDESTES**

Nordeste açucareiro, produtor do principal produto de exportação nacional; Nordeste, espaço da decadência dos grupos hegemônicos locais. Nordeste algodoeiro e pecuário, no rastro do qual surge “o outro nordeste”, o da seca e da fome, ou do produtor arruinado pelas conseqüências do fenômeno sobre as atividades agrícolas. Nordeste das legiões de flagelados retirantes a perambular pelos sertões fugindo da seca implacável. Dos desvalidos, dos seres cadavéricos mais mortos do que vivos. Nordeste das migrações regionais, dos êxodos

provocados pelas estiagens prolongadas, dos grupos de seres humanos que, pelas consequências da escassez de chuvas, apresentam aspecto de esqueletos vivos (ALMEIDA, 2004).

Nordeste dos bandos de cangaceiros a povoar os sertões, impondo pavor às populações locais. Executando ordens de coronéis que, para resolver divergências políticas ou questões de limites territoriais, recorre às armas dessas personagens com o intuito de silenciar o inimigo. Ou ainda o Nordeste do justiceiro, que é o cangaceiro que rouba dos ricos para doar aos pobres, heróis populares.

Para além das determinações geográficas do espaço que hoje é chamado de Nordeste, vemos delinear-se na literatura científica uma multiplicidade de imagens sobre esta porção do território nacional que o representa sob signos e limites territoriais diferenciados. Referenciar as diferentes representações deste espaço, nos permite visualizar os vínculos históricos que cada representação possui com o tempo em que foram produzidas, nos mostrando que “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros”, (CHARTIER, 1989) pois legitimam estratégias de ação sobre a sociedade. Mostra também que as diferentes classificações do Nordeste no campo científico apontam para uma luta pela classificação do espaço dentro do campo científico. As ciências sociais lutam pelo monopólio da classificação do espaço, pelo direito de “fazer ver e de fazer crer”, de impor uma definição que possa ser reconhecida pelos diversos agentes, e assim ganhar o poder de “fazer e desfazer os grupos sociais” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

## **2.1 O NORDESTE NA CONCEPÇÃO DE FRANCISCO DE OLIVEIRA**

De acordo com Francisco de Oliveira, desde a época colonial que se reconhecia regiões dentro do que atualmente é chamado de Nordeste. Este Nordeste do período colonial se restringia ao que hoje corresponde aos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Este espaço era caracterizado como centro de produção açucareira. Os espaços que hoje são denominados Ceará e Piauí, segundo este autor, desenvolviam neste contexto, atividades de importância secundária para a economia colonial e, por isso, quase

nunca relacionados ao que se chamava espaço de produção açucareira.(OLIVEIRA, 1981).

Ainda de acordo com Oliveira, “outros nordestes” vão surgirem e se consolidarem no decorrer de todo o século XIX. O surgimento destes outros Nordeste foi decorrente da emergência, consolidação e hegemonia das regiões produtoras de uma mercadoria que veio a substituir em importância o principal produto de exportação. Este produto que emerge na economia nacional era o café. (OLIVEIRA, 1981).

Desta forma, um outro Nordeste se delineia em oposição ao espaço produtor de café (a região Sul) não mais como espaço de produção de riqueza, mas como espaço de decadência, de ruínas, com seu principal produto, o açúcar, em declínio de importância para a economia nacional.

A medida em que este Nordeste açucareiro declinava em importância econômica, um outro Nordeste emergia como espaço territorialmente e economicamente diferenciado daquele Nordeste do açúcar. Este era o Nordeste “algodoeiro e pecuário”.

Segundo Oliveira, a implicação da emergência desse novo Nordeste reside no surgimento de uma outra classe economicamente e politicamente dominante deste espaço. A partir de então, a imagem que se construía do Nordeste não era mais aquela dos “barões do açúcar do Nordeste açucareiro, mas o espaço dos latifundiários do sertão, dos “coronéis, imagem rústica e pobre, contrastando com a imagem do Nordeste açucareiro”. O Nordeste visto nesta perspectiva apontada faz emergir o Nordeste da seca.

O Nordeste algodoeiro/pecuário converte-se em um vasto algodão, abrangendo desde o estado do Maranhão até a Bahia. O Nordeste algodoeiro não é mais aquele que remonta ao período colonial, os limites territoriais são alterados por conta da cultura que nele se instalou. A classe dominante também não é mais a mesma. O dono de engenho produtor de açúcar, abre espaço para os latifundiários, proprietários de vastos algodões e de rebanhos de gado. Sendo assim, na perspectiva de Oliveira, o espaço regional é definido em termos de ocupação econômica e política deste espaço. Mudando a atividade econômica, muda também os limites territoriais. O declínio de uma atividade econômica representa, para este autor, o declínio da elite que sustenta esta atividade, daí resultando a perda do mando da região por parte desta elite. (OLIVEIRA, 1981).

## 2.2 SILVEIRA: A IDEOLOGIA DE UMA CLASSE DOMINANTE

A percepção de Silveira do Nordeste incorpora além da interpretação econômica, o nível simbólico. Intelectual paulista, incorporada aos quadros da UFPB em um contexto de reestruturação desta instituição no final da década de 1970 e início dos anos 1980, Silveira construiu seu “o regionalismo nordestino em 1984. Uma das razões que levaram esta autora ao tema, segundo está impresso em seu trabalho, teria sido a “xenofobia” dos intelectuais da instituição paraibana contra os intelectuais provenientes de outras instituições.

Para Rosa Godoy<sup>1</sup>, o espaço nordestino é fruto da ideologia das classes hegemônicas deste espaço. Esta ideologia surgira a partir do momento em que os grupos dominantes nordestinos tomaram consciência do seu lugar no espaço na ocasião em que outra região do país se estabelecia como espaço economicamente hegemônico. Ao passo que a região centro-sul do país se beneficiava com a economia do café e, por se situar próximo à corte, articular sua participação no aparelho estatal, impondo assim uma política que contemplava apenas suas reivindicações, os grupos hegemônicos nordestinos se lançavam na defesa dos seus interesses, com o argumento de que o Sul estava lhe prejudicando os seus interesses. A ideologia dessa classe é, segundo Silveira, “a representação da crise na organização do grupo que a elabora”. (SILVEIRA, 1984).

Assim, o nordeste é visualizado sob a ótica da crise. Contrastado com o espaço sulino, o nordeste é representado como incapaz de superar a crise pela qual passava. As elites nordestinas recorrem a um discurso ideológico onde procuram construir para si um lugar de vítimas. É nesta linha de pensamento que Tamer<sup>2</sup>, em seu livro “O mesmo Nordeste” representa a decadência do espaço nordestino em termos de incapacidade da elite produtora em se adequar às transformações que se processavam em nível nacional e internacional. Essa incapacidade se traduzia, segundo Tamer (1968) na falta de dinamismo econômico, onde não se procurava variar as atividades produtivas com produtos competitivos no mercado. Incapacidade também verificada por Tamer na falta de modernização tecnológica, com as

---

<sup>1</sup> Rosa Maria Godoy – Professora doutora da UFPB com atuação nas linhas de pesquisa: Conhecimento histórico: ensino de história; Cultura e educação em direitos humanos; Estado e relações sociais; Historiografia, literatura e mídia.

<sup>2</sup> Alberto Tamer nasceu no estado de São Paulo. Foi jornalista e redator do jornal O Estado de São Paulo. Empreendeu várias viagens ao Nordeste como enviado especial do estado. Seu livro “O mesmo Nordeste”, resulta, provavelmente do vínculo com a região por meio dessas viagens.

conseqüentes técnicas agrícolas rudimentares e atrasadas. Tamer está pensando sempre no Sul, quando define a agricultura nordestina em termos de rusticidade, visualizando esta em contraste com aquela.

A década de 1960 marca a criação da SUDENE, um órgão do governo que visava uma intervenção no espaço nordestino com vista a promoção do seu desenvolvimento. De acordo com Silveira (1984) foi neste órgão que Celso Furtado pôde concretizar suas idéias para a intervenção no Nordeste, colaborando com documentos que defiram o perfil institucional do órgão, além do exercício da sua superintendência. Silveira ainda afirma que no processo de estruturação da SUDENE haviam duas correntes ideológicas: “uma de matriz regionalista, nordestina”, outra “de matriz nacionalista, sulista”, esta “propondo a industrialização como via de superação do subdesenvolvimento regional”. (SILVEIRA, 1984, p. 31). A representação que Tamer cria do Nordeste em 1968, pode assim ser remetida à matriz interpretativa nacionalista, pois seu discurso centra-se na denúncia do atraso tecnológico e na falta de dinamismo da região, frisando que esta precisa produzir produtos competitivos no mercado. A primeira matriz pressupõe a atuação das oligarquias nordestinas junto aos aparelhos de estado para terem suas reivindicações atendidas. (SILVEIRA, 1984).

Sublinhamos ainda que a interpretação de Tamer pode também ser remetida a uma matriz que surgiu no começo do século XX, a euclidiana. Na obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, as populações nordestinas são representadas como raças retrogradadas, habitantes do interior fadados a serem destruídos por uma civilização branca. Esta “civilização branca”, seria nesta literatura, portadora de uma moralidade nova, de uma nova sociabilidade a ser deslocada para um ambiente moral e social ultrapassado. É desta forma que é representado o conflito entre os habitantes de Canudos e as tropas do governo republicano. (BOSI, 1997).

O Nordeste ainda figura como terra de tradição, onde seus habitantes são apresentados como portadores de formas de vivências que remontam a períodos recuados da história nacional. São representados como incapazes de abandonar sociabilidades consideradas ultrapassadas, quando relacionadas aos processos modernizadores pelos quais os estados do Sul passavam. É assim que é interpretado o fenômeno do padre Cícero no Nordeste por Monteiro<sup>3</sup>. O conflito entre

---

<sup>3</sup> - Duglas Teixeira Monteiro. Professor do departamento de ciências sociais da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

o Padre cearense e a igreja católica, é interpretado em termos de oposição entre uma política modernizadora empreendida pela igreja católica, e uma mentalidade presa a um catolicismo rústico e popular, praticado no Brasil desde a época colonial. O prestígio do Padre junto às populações nordestinas denunciaria a existência dessa mentalidade, enraizada nas vivências dos habitantes deste espaço. Padre Cícero seria aquele que desde a adolescência teria revelado traços da experiência espiritual popular do Brasil, e estes traços não eram considerados destoantes do meio onde estava inserido. (MONTEIRO, 1997).

Essa abordagem, portanto, supõe uma separação entre um catolicismo erudito, praticado por uma elite cultural, e um mundo católico rústico, tradicional, um catolicismo popular. Esse catolicismo popular estaria enraizado na mentalidade da população nordestina. Essa linha de abordagem, porém, mostra-se problemática no ponto em que concebe uma clivagem cultural entre o catolicismo erudito e o popular. Chartier (2004) mostrou que não é mais possível estudar as diferenças sociais em termos de oposição entre erudito e popular. Não se pode mais “estabelecer relações exclusivas entre formas culturais específicas e grupos sociais particulares” (BURKE 1990, p. 99, Apud CHARTIER). Chartier chama a atenção para as práticas culturais compartilhadas entre os diferentes grupos sociais. O popular, para Chartier, não deve ser procurado em textos, em crenças, ritos ou qualquer outra coisa. O popular está na maneira de utilização dos objetos culturais. (BURKE, apud CHARTIER, 1990).

Ainda dentro desta perspectiva, o Nordeste figura como terra de penitentes. Estas personagens faziam parte de uma tradição regional de práticas religiosas populares que sobreviveram ao século dezanove chegando até o século XX sem grandes inovações. Homens que costumavam infligir a si mesmos castigos físicos tão intensos que por vezes era necessária a intervenção alheia para que o castigo não resultasse em morte. (MONTEIRO, 1997).

### **2.3 FACÓ: UMA ESTRUTURA ECONÔMICA COM RESQUÍCIOS DE FEUDALISMO**

O Nordeste ainda é visualizado sob a ótica do cangaço. Fenômeno surgido no final do século XIX, o cangaceiro é representado como aquele que carrega armas por todo o corpo. Facas, punhais, cartucheiras etc., faziam parte da indumentária



dessas personagens que povoavam os sertões nordestinos pelo menos até a década de 1940 do século XX.

O Nordeste de Facó (1991) é povoado por “cangaceiros e fanáticos”, onde o fenômeno do cangaço surgiu da dualidade: homem sem terra convivendo com homens proprietários de extensas porções desse instrumento de dominação e poder. “O monopólio da terra”, afirma Facó, é o principal agente da formação do mal que assolava o Nordeste (o cangaço). A mesma explicação o autor fornece para a emergência do fanatismo religioso na região.

Para Facó, o Nordeste é a contraparte do Sul. O espaço assim denominado é representado como desenvolvido, moderno, tecnologizado. O nordeste figura então como, – por causa do monopólio da terra, onde se pratica uma economia voltada para a exportação – atrasado, anacrônico no que diz respeito à organização das forças produtivas. O nordeste, na percepção de Facó, mesmo o das primeiras décadas do século XX, apresenta uma organização produtiva de tipo “semifeudal”, com reflexo negativo no desenvolvimento cultural da região.

As cidades nordestinas, ainda de acordo com Facó, desenvolviam-se em ritmo tão lento que não exercia influência alguma sobre as populações do interior que fugiam de suas regiões em tempos de estiagens prolongadas. Além disso, as poucas transformações tecnológicas que se processavam nas indústrias nordestinas, não chegavam às zonas interioranas da região, mergulhando ainda mais o interior do Nordeste no mais completo atraso.

As populações nordestinas, em face da opressão no campo, onde a terra era monopolizada, e de cidades que não ofereciam perspectiva de melhorias de vida, recorrem ao cangaço, compondo os grupos de cangaceiros que povoavam os Sertões, ou entregam-se ao misticismo, formando os grupos que Facó denominou de “fanáticos”. Essa percepção de Facó sobre o Nordeste difere daquela de Euclides da Cunha que classificava os sertanejos com “os retardatários da civilização” (FACÓ, apud CUNHA, 1991, p. 16). Facó, porém, apresenta-os como produtos de uma ordem social injusta e atrasada. Produtos de uma estrutura cuja herança remonta ao feudalismo.

#### **2.4. O NORDESTE NA CONCEPÇÃO DE GILBERTO FREYRE**

O Nordeste de Rui Facó é o do cangaço, do fanático e do latifundiário, o de Gilberto Freire é o da “Casa Grande”, residência do patriarca, homem que detém a posse de um vasto latifúndio e comanda as relações sociais dentro de sua propriedade. Os senhores rurais, para Freire, “eram os donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres” (FREIRE, 2006, p. 38). As relações dentro dos latifúndios, comandadas pelo senhor de engenho, de acordo com Freire, (2006) eram de tipo feudal. As casas grandes que antes abrigava a glória dos senhores de engenho, constitui-se em testemunho histórico imponderável para Freire, pois elas evocam a memória das relações sociais que haviam caracterizado o Nordeste por todo o período colonial. O Nordeste, assim, tem sua singularidade marcada pela história, distingui-se das outras regiões do país por ter vivenciado uma sociabilidade específica, a imposta pela “Casa Grande”. (FREIRE, 2006).

Terra de tradição, o Nordeste destaca-se ainda, na visão de Freire, pela sua culinária:

(...) Demorando-me em Salvador pude conhecer com todo vagar não só as coleções do Museu Afro-baiano Nina Rodrigues e a arte do trajo das negras quituteiras e a decoração dos seus bolos e tabuleiros com certos encantos mais íntimos da cozinha e da doçaria baiana que escapam aos simples turistas. Certos gostos mais finos das velhas cozinhas das casas-grandes que fez dos fornos, e dos fogões e dos tabuleiros de bolo da Bahia seu último e Deus queira que invencível reduto. (FREIRE, 2006, p. 29).

A história do Nordeste passa também pela sua culinária, e esta confere identidade a região. A cozinha também é referenciada como um fator identitário da região Nordeste, aquilo que singulariza este espaço. Para Freyre a culinária regional nordestina, por conferir identidade ao espaço (Nordeste) deve ser preservada, pois ela juntamente com outros elementos são testemunhos a revelar a história da região. O Nordeste é, portanto, o espaço da tradição, tradição que evoca a grandeza do passado desse espaço, tradição que revela uma história singular, específica, diferente da história das outras regiões do país (FREYRE, 2006).

### **3. OUTRAS REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE**

O Nordeste ainda é representado como terra de pródigos, de flagelados, espaço geográfico nacional que, pela sua condição de miséria, acaba absorvendo grande porção da riqueza da união. A agricultura nordestina é percebida como

rudimentar e atrasada e, em decorrência disso, a população do Nordeste tem sido representada como subnutrida e faminta. (TAMER, 1968). Este fator, aliado ao primeiro, faz, nesta literatura, com que o Nordeste se transforme em uma terra de migrações, onde as pessoas do campo migram para as cidades em busca de meios de sobrevivência. (CARNEIRO, 2000).

A incidência do fenômeno climático provoca a desorganização da agricultura e da pecuária, tornando o homem do campo impotente diante de tal quadro. Mas os problemas vão além. O êxodo rural no Nordeste provoca a formação do binômio do que Carneiro chamou de “terra sem gente no campo, e gente sem terra nos centros urbanos”. Isso porque ao saírem das zonas rurais e instalarem-se nas cidades, os camponeses aumentam a massa de desempregados e geram o problema da falta de habitação urbana.

O Nordeste representado sob a ótica da seca foi maximizado no livro *O outro Nordeste* do cearense Djacir Menezes<sup>4</sup> em 1937. O nordeste de Djacir Menezes corresponde às áreas secas da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Produzida no contexto da emergência do Estado Novo, a obra de Menezes procura ressaltar o flagelo da seca sobre as populações nordestinas, sobretudo na vida dos produtores rurais situados nas áreas críticas de incidência do fenômeno. Com isso o autor ressaltava o descaso do governo federal com o Nordeste, fazendo com que o conteúdo da obra seja apropriado como argumento na defesa do envio de maiores recursos para serem investidos em obras contra a seca na região. (PENNA, 1992).

As perspectivas de avaliação do Nordeste apontadas acima apresentam matrizes político-economicistas, excetuando-se a de Silveira que incorpora também o nível do simbólico em sua análise da região. Ao explicar que uma elite situada nas províncias do Norte, (Nordeste) ganharam consciência de seu lugar no espaço e passaram a reivindicar melhorias para região, pode-se perceber que há uma homogeneização simbólica do espaço por parte dessa elite, unificada em torno da idéia de crise. A obtenção da consciência de seu lugar no espaço remonta ao século XIX, período de expansão do capitalismo e de conseqüente perda de prestígio das elites nortistas, à época.

---

<sup>4</sup> - Djacir Menezes (1907- 1996). Foi jurista, sociólogo economista e filósofo. Na UFRJ foi catedrático da disciplina “história das doutrinas econômicas”. Foi ainda fundador da faculdade de ciências econômicas do Ceará em 1938.

### 3.1 O REGIONALISMO

Diferenciado é o olhar de Maura Penna<sup>5</sup> (1992) sobre o Nordeste. Esta autora trabalha com duas noções distintas e complementares, o conceito de região e o de regionalismo.

O regionalismo é entendido por Penna (1992) como “o processo que torna o espaço significativo” para os habitantes de um dado local. A significação de um espaço para os seus habitantes é produzida historicamente por meio da atuação política, econômica, científica e social.

Assim, região, para esta autora, é o espaço onde as experiências podem ser captadas, onde ela “existe”, onde pode ser “vista” pelos homens, distinguindo-se das experiências dos habitantes de outros espaços. Podemos perceber esse regionalismo na fala de Almeida quando este expressa em uma carta a Alceu do Amorosa Lima que “se não pode traduzir o horror da realidade” da qual fala, “ao menos [pôde] senti-lo”. Aqui é a sensibilidade de homem nordestino que José Américo evoca. É a fala do homem que vivencia experiências no espaço Nordeste.

Seguindo esta perspectiva, Penna (1992) analisa os discursos políticos Nortistas ainda no século XIX, ressaltando que o espaço que posteriormente viria a ser chamado de Nordeste, foi representado como espaço de decadência econômica por conta da crise do açúcar. O regionalismo está presente nestes discursos, na medida em que estes unificam o espaço produtor de açúcar em torno de uma crise.

Outro ponto marcante da construção do regionalismo nordestino segundo Penna, foi a realização do manifesto regionalista ocorrido em Recife em 1926 cujo principal articulador foi o sociólogo pernambucano Gilberto Freire. O Nordeste que vai ser delineado a partir de então é o Nordeste da tradição em oposição ao Sul, espaço da modernidade. Segundo Penna o regionalismo se manifestava na Idéia de uma experiência histórica comum vivenciada nesta região. (PENNA, 1992).

---

<sup>5</sup> - Doutora em linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); mestre em ciências sociais pela UFPB; graduada em música e educação artística pela UNB. É professora titular do departamento de educação da Universidade Estadual da Paraíba lecionando na graduação em pedagogia e no mestrado interdisciplinar em ciências da sociedade. É autora do livro O que faz ser nordestino.

## **CAPÍTULO II: “UM HOMEM DE AÇÃO”: O INTELLECTUAL POLÍTICO**

Certeau (2007) postula que a prática de ligar idéias a lugares de pertinência é um gesto de historiador. Esses lugares de pertinência podem ser uma instituição, uma posição sócio-econômica, política, cultural, etc. De acordo com Certeau (2007, p. 67) é em função desses lugares “que se delinea ‘toda’ uma topografia de interesses”, que determinados temas e questões passam a figurar como preocupações de uma época. Pretendemos assim analisar o lugar de onde o escritor produz sua fala, a instituição em função da qual se organizam seus enunciados. Entretanto, falar do “lugar social” de José Américo de Almeida requer uma aproximação da história política, tendo em vista a forte atuação do romancista em relevantes partidos e cargos políticos.

Pesavento (2008) afirma que a história cultural abriga uma área de estudo que pressupõe uma leitura do político pelo viés cultural. A nova história política, afirma a autora, procura centrar-se em estudos que focalizem o imaginário constituído em torno do poder, dirigindo o olhar para a atuação dos atores envolvidos nas esferas do poder político, analisando a eficácia das imagens simbólicas e dos ritos que são produzidos pelo e para o uso político. Essa vertente da história cultural pressupõe ainda o entendimento dos fenômenos que norteiam a distribuição do poder e da autoridade entre grupos e indivíduos, e estuda mitos e crenças destinados a fazer os grupos sociais crerem em algo ou em alguém, levando as pessoas a perceberem a realidade social de uma determinada forma. Os mitos e crenças dos quais aludimos acima, de acordo com Pesavento, pautam “a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social” (PESAVENTO, 2008, p. 75).

Neste capítulo iremos fazer incursões por essa “nova história política” com o objetivo de estudar o lugar social do autor da “Bagaceira”, partindo do pressuposto que os enunciados proferidos pelo autor, possuem conexões com a sua posição social. Assim, procuraremos por em prática uma determinação da nova história cultural, qual seja a de saber quem está pronunciando o enunciado, e de onde ele está sendo pronunciado. (PESAVENTO, 2008). O que nos aproxima ainda da nova história política é o fato de o romancista paraibano ter ocupado importantes postos

políticos, cuja atuação não se restringia apenas aos limites do estado da Paraíba. Veremos mais adiante que o escritor ocupou cargos políticos de abrangência nacional.

## 2. FILIAÇÃO E VÍNCULOS INSTITUCIONAIS

José Américo de Almeida nasceu em 1887 na cidade de Areia no estado da Paraíba. Era filho do casal Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leopoldina Leal de Almeida. Seu pai era proprietário do engenho Olho-d'Água localizado no município de Areia. Apesar de residir na região do brejo, Almeida mantinha contatos freqüentes com o sertão através de viagens sucessivas no período da primeira infância. Os contatos com o Sertão, nesse período, e mais tarde, quando irá trabalhar nessa região, acreditamos, na esteira de Candido (2002) que foram imprescindíveis para as suas construções ficcionais, pois o romancista tem por seu grande arsenal a sua memória, de onde extrai os elementos necessários para suas produções (CANDIDO, 2002).

Órfão de pai aos 11 anos, José Américo passa a residir em Areia na companhia de seu tio paterno Odilon Benvindo, um sacerdote rigoroso e austero. Aos 14 anos José Américo ingressou no Seminário da Paraíba, onde permaneceu por três anos.

Em 1904, após ter passado pelo liceu paraibano, José Américo matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, concluindo o curso de direito em 1908 aos 21 anos.

Era uma prática comum entre as famílias de proprietários decadentes, desde finais do século XIX, fazer seus filhos estudarem em faculdades de direito para que estes pudessem ocupar cargos públicos relevantes na sociedade. Acreditava-se que, formando-se bacharéis, estes homens teriam compreensão superior dos problemas sociais e políticos do Brasil (FAORO, 1997). Analisando as classes médias urbanas na primeira república, Pinheiro (1997), corrobora esta afirmação quando fala que “no Norte [na época não se fazia distinção entre Norte e Nordeste] as grandes famílias proprietárias decadentes forneciam contingentes de funcionários públicos”.

Foi assim que José Américo foi nomeado promotor da comarca de Souza em 1909 por João Lopes Machado, então presidente do estado da Paraíba. A nomeação, afirma Luna (2000) ocorreu por influência do seu tio materno Walfredo Leal.

A figura de Walfredo Leal se sobressai na política Paraibana por conta da posição que ocupava. No contexto do federalismo hegemônico – prática política em que os estados periféricos, na figura de suas oligarquias se submetiam passivamente aos arranjos políticos dos estados do Sul –, Walfredo Leal comandava a oligarquia paraibana. Como afirma Faoro, (1997), a Paraíba estava sob o domínio da batina do Monsenhor Walfredo Leal. Sobre Walfredo Leal, e sobre as oligarquias dos outros estados nordestinos, personificadas em famílias como os Acioly no Ceará, a família Pires no Piauí, etc., estava a chefia das oligarquias mineiras e paulista, domínio que se consolidava através de Pinheiro Machado, principal articulador dos arranjos políticos à época. (FAORO, 1997).

José Américo ocupou o cargo de promotor na comarca de Souza por todo o ano de 1909. Por desejar fazer carreira no âmbito jurídico, e por considerar o alto sertão paraibano um lugar que opunha restrições a seus objetivos, retornou à capital do estado da Paraíba para pôr em prática as suas aspirações.

A nomeação para a promotoria da comarca de Souza, mesmo tendo ocorrido por influência de Walfredo Leal, não deve iludir a respeito das relações que mantinha com seu tio. Na ocasião em que ainda era acadêmico do curso de direito se envolveu em uma disputa política envolvendo Walfredo Leal e o então senador Gama e Melo. Na ocasião – 1908, fim do mandato do monsenhor – Walfredo Leal deveria indicar seu sucessor ao governo do estado. De acordo com Luna, os candidatos “naturais” para assumir o cargo seriam os senadores João Coelho Gonçalves Lisboa, ou Antônio Alfredo da Gama e Melo.

Por uma série de arranjos envolvendo muitos interesses, o escolhido por Walfredo Leal para assumir o cargo de governo do estado da Paraíba foi o médico João Lopes Machado. Nesse processo sucessório ao governo estadual, José Américo posicionou-se ao lado do senador Gama e Melo, quando este, inconformado por não ter sido indicado à sucessão estadual, passou a fazer oposição a Walfredo Leal. Essa posição ao lado de Gama e Melo, punha em lados opostos tio e sobrinho. A participação de José Américo se deu sobretudo por meio de artigos publicados em jornais, onde denunciava o comprometimento político local

com o oficialismo que dominava a política nacional. Mas a posição de José Américo contra seu tio não foi mantida por muito tempo. Como vimos, a reconciliação ocorreu algum tempo depois, na ocasião em que, por influência de Walfredo Leal, foi nomeado pelo presidente que combatera (João Lopes Machado) para assumir a promotoria da comarca de Souza.

Em 1911 José Américo foi nomeado para o cargo de Procurador Geral do Estado, função que na época, tinha hierarquia equiparada a de um desembargador, onde permaneceu por 11 anos. Após deixar a procuradoria geral do estado, o escritor passou a ser consultor jurídico do estado.

Em 1912, de acordo com Luna (2000) Almeida passou a ampliar sua participação nos jornais e revistas. Data dessa época a divulgação de vários sonetos parnasianos na revista Era Nova. Em um desses sonetos, intitulado *A vida e a morte*, o autor revela, sobretudo, preocupações existenciais: “*Vimos de um berço rico ou sem recamos / e vamos para os cemitérios ermos / Sem todavia, compreendermos / Nem donde viemos / nem para onde vamos*” (LUNA, apud ALMEIDA, 2000 p. 18).

Nessa época a atenção de José Américo era voltada exclusivamente para os autores clássicos, pois o intelectual, nesse período, não tinha reconhecimento entre seus pares se não conhecesse com profundidade autores como Camões, Herculano, Garrett, etc. O escritor inicia sua vida literária então sob influência dos clássicos da literatura citados acima, e outros, como Antônio Vieira, de quem só conseguirá desprender-se na sua “*maturidade literária*” (LUNA, 2000, P. 14). As temáticas dos sonetos publicados em jornais e revistas, cujo exemplar maior era “*Vida e Morte*”, são perpassadas pela influência que estes autores clássicos exerceram sobre o escritor.

No início de década de 1920, José Américo escreveu o romance intitulado *Reflexões de uma cabra*, que foi publicado na revista *Novela*. Com este texto, afirma Luna, (2000) o escritor visava contribuir com o movimento modernista ocorrido em São Paulo, que tinha como meta romper com padrões artísticos/literários tidos pelos militantes do movimento como arcaicos. Sobre o romance citado acima, e sobre outros textos (crônicas e poesias) publicados em revistas como a: *Verde*, de Minas Gerais; *Klaxon*, e a *Antropofagia*, estas últimas de São Paulo, o autor afirma, em uma das tiragens da revista *Antropofagia*, que havia se tornado escritor “*lendo e pensando no Brasil. Era ver a descrição de uma paisagem caótica, vinham-me à*



*idéia as nossas paisagens*” (LUNA, apud ALMEIDA, 2000, p. 31). Não tivemos acesso ao texto *Reflexões de uma cabra* mais podemos intuir a partir das afirmações do autor, que este elegeu como prioridade a reflexão sobre o mundo que o cercava, sobre a natureza, a paisagem e o próprio mundo social. Sobre o texto, o autor afirma que forneceu um toque de realismo (ALMEIDA, 1994). Ele afasta-se assim dos temas especulativos que caracterizava seus primeiros escritos, procurando captar as experiências do cotidiano transformando-as em temas e refletindo sobre eles.

No início do governo de Epitácio Pessoa na presidência da república, José Américo tomou parte na discussão sobre o trajeto das ferrovias a serem construídas no estado da Paraíba. Essa discussão era importante para Almeida pois “a história dos transportes coincide com” o progresso comercial. Almeida tinha em mente que a estrada de ferro contribuiria para a modernização dos costumes e para o urbanismo, pois, para ele atestava o fato de que cidades que não tinham qualquer desenvolvimento até a instalação das linhas férreas, teve sua situação revertida quando se instrumentalizaram com os transportes ferroviários. Ampliar as estradas férreas da Paraíba era também ao mesmo tempo tomar posse dos lugares longínquos da capital, e oferecer soluções aos problemas climáticos do interior paraibano. Era também solucionar os problemas de cobrança de impostos que atingia a Paraíba.

As redes ferroviárias paraibanas, de acordo com Almeida (1980) limitava-se, à época da posse de Epitácio Pessoa, à zona da Borborema, deixando separados capital e interior da Paraíba. Isso fazia com que as cidades sertanejas ficassem sob controle de outros estados. Essas ferrovias deveriam resolver os problemas suscitados pelas relações comerciais travadas entre algumas cidades paraibanas e cidades de estados vizinhos.

Pelas ferrovias a serem construídas deveriam passar os produtos que antes eram comercializados pelas cidades interioranas diretamente com cidades próximas dos estados que faziam fronteira com a Paraíba, fazendo com que, de acordo com Gurjão (1994) a economia paraibana ficava prejudicada com essas relações comerciais, ocasionando grandes prejuízos às contas públicas, pois os tributos de barreira eram sonegados pelas facilidades de contrabando, motivando queixas entre os grupos dominantes decadentes ‘paraibanos e os que se beneficiavam com o comércio através de Recife. (GURJÃO, 1994).

A discussão que surge em torno das ferrovias era para estabelecer o local por onde elas deveriam passar. “Os comerciantes campinenses e demais interessados no fortalecimento desta cidade” (GURJÃO, p. 24) eram favoráveis que a ferrovia fosse prolongada a partir de Campina Grande. Outro grupo alegava, no entanto, que tal trajeto iria agravar ainda mais a situação da capital do estado, pois as atividades comerciais continuariam prescindindo de sua intervenção, (GURJÃO, 1994).

José Américo argumentou que a ferrovia fizesse seu traçado através do brejo, partindo de Alagoa Grande, cortando a cidade de Areia e toda a região brejeira, alegando que esta zona se constituía em “um oásis de fartura” que, instrumentalizado com estrada de ferro, “abasteceria a zona flagelada pela seca” evitando assim o êxodo rural das populações interioranas em tempos de estiagem. José Américo utilizava-se ainda do argumento de que o sertão era um grande produtor de algodão, apontando assim para mais uma utilidade da ferrovia: a de escoar o produto para a capital do estado, evitando que a produção algodoeira saísse pelas fronteiras estaduais sem que fossem cobrados os impostos devidos.

Essa posição de José Américo levou Gurjão (1994) a percebê-lo como um porta voz da oligarquia decadente brejeira. Para esta autora, ao defender a implantação da ferrovia pelo Brejo, visava-se, sobretudo, a recuperação do antigo prestígio dos senhores de engenho da região, além da captação do excedente da economia algodoeira do sertão.

Não devemos, no entanto, aceitar sem reservas a posição da autora citada acima. Identificar José Américo como um porta voz de uma oligarquia ciosa por recuperar seu poder econômico, a oligarquia brejeira, é não levar em consideração ao mesmo tempo a trajetória política e intelectual do político e escritor paraibano. Isso porque sua atuação política nos deixa transparecer que sua atenção foi concentrada predominantemente em assuntos relativos aos problemas das secas no Nordeste. O romancista acreditava que o fenômeno climático era o maior responsável pelo retardamento da organização econômica e social do Nordeste (ALMEIDA, 1980). José Américo procurou se erigir como um protagonista de uma luta contra os efeitos das estiagens prolongadas nesta porção do espaço brasileiro. Nossa posição é corroborada por Proença (2004) quando afirma, a respeito do romance “A Bagaceira”, que o autor põe em confronto sertão e Brejo, ficando claramente do lado dos sertanejos.

Sobre o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), órgão criado em 1909 com o objetivo de oferecer uma solução para os problemas das estiagens prolongadas no Nordeste, José Américo afirma que as soluções encontradas para as secas na região até o governo de Epitácio Pessoa, tinham sido inúteis, pois os maiores proveitos haviam sido usurpados pelos chefes políticos locais que dirigiam as obras, consumindo grande parte das verbas 'no interesse' partidário. Com este discurso José Américo marca uma ruptura entre a antiga política das obras contra as secas, e as ações implantadas no governo de Epitácio Pessoa. José Américo denuncia o mau uso dos recursos destinados ao combate aos flagelos da seca, afirmando que além de serem insuficientes, os recursos se dissolviam em aplicações de cunho pessoal, beneficiando alguns poucos, ao invés de contemplar uma maioria.

Para Melo (1994) as obras contra as secas inspiraram um conhecimento sistemático sobre o Nordeste.

(...) Tal a contribuição de monografias e relatórios preparados por especialistas, sobretudo estrangeiros, em solos, serras, e montanhas, lençóis d'água, regime de chuvas, cartografia, minérios, bacias hidrográficas, etc. (MELO, 1994, p.156).

Notamos assim que a intervenção no espaço nordestino deveria ser precedida por uma representação deste espaço. As representações emergem então do campo científico. As representações que são produzidas do espaço nordestino se encontram na origem do "livro básico" sobre o estado da Paraíba escrito por José Américo de Almeida, que é *A Paraíba e seus Problemas*. (MELO, 1994). Está na origem do livro, uma petição do governo do estado da Paraíba a José Américo, de um memorial sobre o plano de obras contra as secas iniciado no governo de Epitácio Pessoa, para que não ocorresse a suspensão das verbas destinadas às obras pelo seu sucessor. Esse livro também, de acordo com o próprio José Américo, marcou a sua estréia no mundo literário.

Entretanto, a política de Epitácio Pessoa não deve ser entendida como ruptura em relação à política oligárquica que vinha sendo praticada desde o início da primeira república. Souza (1971) afirma que os Partidos Republicanos Mineiro, (PRM) e o Partido Republicano Paulista, (PRP) se congregaram em torno de Epitácio para a sua eleição, e que este, forçosamente, deveria se apoiar na política das maiores unidades federativas da união para poder governar a república.

Ao menos em âmbito regional, afirma Gurjão, no contexto da política de Epitácio Pessoa, os coronéis passaram a auferir altos lucros em intermediações comerciais e nas empreitadas das obras contra as secas, provocando um aprofundamento da concentração de renda e, por conseguinte, um fortalecimento dos grupos hegemônicos locais. Desta forma, não se deve entender a política epitacista como uma ruptura com a política oligárquica em prática até então.

No entanto, era nova a posição de José Américo ao lado do presidente da república, já que em 1915, após cisão do partido republicano conservador entre Walfredistas e epitacistas, José Américo se posicionara ao lado de Walfredo Leal. Sobre a divisão do partido o escritor e jornalista Nelson Lustosa, que testemunhou os acontecimentos das eleições de 1915 afirma no prefácio do livro *Reflexões de uma cabra* que:

(...) Dessa campanha política os arquivos da imprensa abrigam terribilíssimos editoriais que a notabilizaram pelo tom de provocação e agressividade das descomposturas recíprocas: A Vassoura, Dom Bibas, As Beatas do cordão Encarnado e Os Três furúnculos encerram em seus contextos uma pequena amostra do que se escreveu em meu Estado nesses tempos de maldades e intrigas políticas e literárias, de destampatórios injuriosos e de perenes inimizadas (LUNA, apud LUSTOSA, 2000, p. 21).

Os militantes epitacistas investiam contra os Walfredistas com as crônicas *As Beatas do Cordão Encarnado*, numa referência a batina do Monsenhor Walfredo Leal. De acordo com Lustosa, os embates entre os militantes de ambos os lados atingiam os envolvidos com ataques pessoais, ridicularizando costumes e valores. José Américo atuava com suas críticas nas crônicas *A Vassoura* onde elegia por alvo predileto o epitacista Castro Pinto. Nas crônicas, Almeida procurava tirar proveito do preconceito que, segundo Luna (2000) atingia a cidade de Fifipéia de Nossa Senhora das Neves, aludindo às visitas de mulheres a Castro Pinto, cuja finalidade era manter relações fora dos padrões esperados na época. Nas crônicas era sugerido que o dinheiro gasto nas visitas era originário dos cofres públicos. (LUNA, 2000). Luna, (apud Lustosa) afirma que as crônicas de Almeida, assim como de todos os militantes epitacistas, eram ricas em ironia e levavam ao vexame os alvos dos seus ataques.

Nas eleições que se seguiram todos os candidatos epitacistas venceram, e a política paraibana ficou sob controle de Epitácio Pessoa pelo menos até 1930

(GURJÃO, 1994). A reaproximação entre walfredistas e epitacistas só ocorreu em 1918, quando os dois grupos se uniram numa frente única em apoio à candidatura de Epitácio Pessoa à presidência da república (LUNA, 2000).

José Américo explicou a reaproximação afirmando que só aderiu ao epitacismo quando todos os seus superiores já haviam se tornado epitacistas. A mudança implicou a renúncia de “uma posição tranqüila e vantajosa de advogado de partido”, onde ele já trabalhava com causas de diferentes estados do Brasil, inferindo-se daí, que estava sendo bem sucedido nesta atividade. De acordo com o próprio José Américo, o que motivara tal renúncia fora “um esquema de reforma política” que iria ser posta em prática na gestão João Pessoa, gestão da qual iria participar o escritor a convite do sobrinho de Epitácio. (ALMEIDA, 1994). Essa fala de José Américo nos remete a uma formulação de Roger Chartier (1989) quando afirma que:

(...) As modalidades do agir e do pensar, como escreve Paul Ricoer, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas de poder (CHARTIER, 1990, p. 25).

A mutação na forma de agir e pensar pela qual passava José Américo de Almeida estava relacionada a uma outra mutação: a da estrutura de poder no estado da Paraíba. Um novo grupo hegemônico estava se formando com a mudança da estrutura de poder político. Apesar de João Pessoa pertencer ao grupo epitacista e, portanto ser um membro da oligarquia dominante do estado, seu governo foi caracterizado pela política de combate ao coronelismo. De acordo com Gurjão (2004) o combate ao coronelismo consistiu na substituição das chefias municipais, eliminação de acúmulo de cargos públicos, reforma tributária – este considerado um ponto capital para este grupo –, entre outras medidas. José Américo se identificava com estas posições, e essa identificação o impelia para as constantes reconciliações.

Ainda no governo de João Pessoa, José Américo foi nomeado secretário geral do governo e, algum tempo depois, secretário do interior e justiça do governo estadual. Deixou este cargo para concorrer à eleição de 1929 para o cargo de deputado federal. Eleito com vinte e três mil votos, José Américo não tomou posse do cargo, tendo que cedê-lo para um outro candidato que só obtivera três mil votos.

“São coisas da política”, foi a única explicação que, de acordo com José Américo, o relator da decisão lhe forneceu.

Porém, explicação para o ocorrido pode estar no acontecimento que colocou o estado de origem de José Américo de Almeida em oposição ao governo federal. De acordo com Melo, (1994), no processo sucessório ao governo federal, em julho de 1929, o presidente Washington Luiz, rompendo com a aliança que colocava o país sob controle de políticos de origem mineira e paulista, sucessivamente, a chamada república café com leite, indica para a presidência um outro paulista, Júlio Prestes.

Nesse processo, a Paraíba, na figura do seu Presidente, João Pessoa, pela tradição da república velha deveria apoiar a decisão. João Pessoa, porém, foi instruído por seu tio Epiácio Pessoa a não se posicionar a favor dos mineiros, contanto que estes apresentassem candidatos de outro estado para a sucessão presidencial.

O presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, estava articulando a candidatura de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, à sucessão presidencial. Assim, em 29 de julho de 1929, João Pessoa postou -se ao lado de Getúlio Vargas, formando uma união que deu origem a chapa de oposição chamada de Aliança Liberal. Essa chapa foi formada pela Paraíba, representada por João Pessoa, Rio Grande do Sul, na figura de Getúlio Vargas, e Minas Gerais. Getúlio foi lançado na chapa aliancista como candidato à presidência da república, e João Pessoa foi lançado como vice.

A esses acontecimentos se seguiram as retaliações do governo central. Dívidas contraídas pelo estado da Paraíba foram logo cobradas, verbas para obras contra as secas foram suspensas. Estas, entre outras medidas, como a que impediu a posse de José Américo na câmara dos deputados, mesmo tendo sido eleito, foram postas em prática para que os estados rebeldes voltassem à ordem estabelecida. (MELO, 1994). De volta ao estado da Paraíba, José Américo assumiu a secretaria de segurança pública do estado, cargo oferecido pelo presidente João Pessoa.

Com a revolução que colocou os aliancistas no poder, José Américo foi nomeado interventor da Paraíba e chefe do governo provisório do Norte e Nordeste. Neste posto, sua função entre outras, era a de nomear interventores para os estados das duas regiões citadas. Viajou, assim, junto com Juarez Távora, chefe militar do movimento revolucionário, por toda a região que estava sob seu controle, dando posse aos interventores por ele nomeados.

No governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) José Américo foi nomeado ministro de Viação e Obras Públicas. Foi deste posto que Almeida procurou aprofundar a associação da sua imagem à figura de combatente dos problemas da seca no Nordeste. Segundo ele próprio: “Alguém já disse [que eu sou] ‘capaz de negar um copo d’água, mas faço um açude’... [eu] Procurava ser o homem do bem comum...Na assistência às vítimas das secas introduzi novos métodos de proteção” (ALMEIDA, 1994, p. 23).

Deixando o ministério de viação em 1934, José Américo foi nomeado embaixador junto ao Vaticano, renunciando, no entanto este cargo, pois de acordo com o que está escrito em seu livro, *Eu e Eles*, a Paraíba o havia intimado a não partir, elegendo-o senador em 1935. (ALMEIDA, 1994). Sendo eleito “contra sua vontade”, Almeida permaneceu neste cargo por apenas três meses, renunciando em seguida.

As mudanças de posições políticas encontravam, porém, um limite em José Américo. Isso porque “toda a doutrina exposta em [seus] discursos se opunha aos extremismos”. Era assim que o escritor percebia o “comunismo”, como uma ideologia extremista de um grupo “acéfalo” que ameaçava a ‘pátria’. Assim, ele se afasta dos comunistas, repelindo ao mesmo tempo qualquer ligação que se fizesse entre seus discursos e os discursos provenientes dos militantes desses grupos de esquerda. Aliás, para José Américo, tais afirmações constituíam-se em tentativa de incompatibilizá-lo com as classes conservadoras e com o clero.

O mesmo julgamento era direcionado à Ação Integralista Brasileira (AIB). Fundado em outubro de 1932, com o lançamento do “manifesto de outubro”, este movimento compunha-se de uma série de grupos de extrema direita que se aglutinaram em torno de seu principal líder, Plínio Salgado, e do jornal *a Razão*. Através de alianças políticas e de coligações, os integralistas conseguiram posições de relevo na política nacional. As principais reivindicações dos integralistas expressas em seu manifesto consistia em: perseguição aos comunistas; restrições a organização de trabalhadores; afirmação de uma democracia excludente, da qual ficaria de fora os comunistas e partidos de oposição. De acordo com Gilberto Call<sup>6</sup>, todas essas reivindicações eram apoiadas integralmente pelos partidos políticos dominantes e pela grande imprensa, mostrando assim que o movimento não se

---

<sup>6</sup> - Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e autor do livro: *Integralismo e hegemonia burguesa – o PRP na política brasileira*, publicado pela EDUNIOESTE, 2010.

constituía como uma ação de grupos marginais. Mesmo sendo figura proeminente da política local e nacional, sendo membro de partidos expressivos, José Américo não aceita as formulações integralistas. Não aceitava um sistema que pendesse para negação dos direitos do homem, (ALMEIDA, 1994).

O ano de 1935 também marca a publicação de dois novos romances pelo escritor: *O Boqueirão e Coiteiros*. Nestas duas obras, José Américo procura sobretudo focalizar os problemas sociais do nordeste, centralizando sua análise nos fenômenos do cangaço e da seca, procurando mostrar que o primeiro era uma consequência nefasta do segundo. Aliás, em 1923, no prefácio do livro *A Paraíba e seus problemas*, o escritor já indicava que “o banditismo é o efeito nocivo de um ambiente saneável, e não uma determinação do coeficiente étnico” (ALMEIDA, 1923, p. 46). José Américo inova a interpretação sobre estes fenômenos afastando-se das teorias racistas que explicavam o cangaço como o fruto da degeneração racial do nordestino. Com este discurso José Américo defendia uma intervenção mais eficaz no combate aos efeitos das secas no Nordeste. Ainda em 1935, foi nomeado ministro do tribunal de contas da união, cargo este vitalício no qual se aposentou.

Em 1937 foi lançada a candidatura de Almeida à presidência da república. A não consolidação da candidatura por conta do golpe de estado protagonizado por Vargas no ano de 1937, fez com que José Américo retornasse ao convívio com os livros e se afastasse da política pelo menos até 1945, quando foi eleito senador. Em 1950 foi eleito presidente do estado da Paraíba. Sua campanha foi intensamente marcada pela música eleita como tema de sua campanha eleitoral, “Paraíba masculina” do compositor e cantor Luiz Gonzaga. Aqui, novamente, percebemos José Américo associado ao problema da seca através de versos da música: “Quando a lama virou pedra e mandacaru secou”, e: Quando a ribaçã de cede bateu asas e voou. Versos com referências claras às incidências do fenômeno da seca no Nordeste.

A proximidade com a problemática da seca levou alguns intérpretes a representar o escritor como porta voz dos latifundiários do Sertão. Sua atuação nos órgãos que visavam intervir no problema da seca no Nordeste no sentido de atenuar as consequências do fenômeno climático na vida dos habitantes desse espaço, faz com que seu nome seja vinculado ao de um grupo oligárquico que havia se beneficiado dos recursos destinados à realização de obras que amenizariam o



impacto das estiagens prolongadas sobre a vida das populações nordestinas. De acordo com Melo (1994) as obras contra as secas realizadas durante o governo de Epitácio Pessoa na presidência da república haviam beneficiado apenas o grupo dos coronéis do Sertão. As obras contra as secas no nordeste, beneficiara os coronéis porque estes encarregavam-se de agenciar as intermediações comerciais e de realizar as empreitadas para efetivação dos serviços. Os lucros sobrevividos dessas atividades provocaram o agravamento da concentração de renda na região. (MELO, 1994).

Contudo, essas posições devem ser vistas com cautela. Havia um reconhecimento de que Almeida visava atacar de forma eficaz a problemática da seca no Nordeste. Esse reconhecimento pode ser percebido nos versos da cantoria: “*José Américo de Almeida/ O salvador do Sertão*”, do poeta Dimas Batista:

(...) De trinta a seca inconteste / Não há quem mágoas não sinta / Trinta e um foi como trinta / Trinta e dois mais torturante / enquanto o sol causticante / Tostava a face do chão / Surgiu por Deus um cristão / apagando a labareda / José Américo de Almeida / O salvador do Sertão (BATISTA, apud LUNA, 2000, p. 54).

Não queremos com isso assumir a assertiva do poeta, considerando o escritor paraibano o “salvador do Sertão”. Até mesmo porque esses versos citados são de autoria de Ariano Suassuna (LUNA, 2000) um membro das elites intelectuais nordestinas. É prudente desconfiar de uma certa solidariedade elitista entre os dois escritores. No entanto, embasados no que estudamos acima sobre a atuação política de José Américo e ao mesmo tempo considerando os versos que foram transcritos acima, podemos afirmar que não havia solidariedade por parte do intelectual e político paraibano com as elites agrárias nordestinas, fosse ela brejeira, ou sertaneja.

### **CAPÍTULO III:**

#### **A BAGACEIRA**

Analisar o romance que constituímos como fonte histórica passa pela necessidade da investigação do seu reconhecimento social, do valor, enquanto bem cultural que ao livro foi auferido. Isso nos permite vislumbrar a força da representação, ou seja, o reconhecimento social da representação inscrita no romance. Essa breve investigação procurará se deter sobre a recepção da obra no âmbito intelectual, destacando sobretudo, a forma como alguns intelectuais se apropriaram do romance, contribuindo para a legitimação da representação inscrita na “bagaceira”.

A trigésima sétima edição do romance contém uma introdução do crítico literário M. Cavalcante Proença. Neste texto, Proença (2004) afirma que o livro foi saudado por Otto Maria Carpeaux como obra que “abriu nova fase na história literária brasileira”.

Livro saudado com entusiasmo por Alceu do Amoroso Lima, A Bagaceira teve quatro edições no mesmo ano em que foi lançada. Após a primeira edição, ocorrida em 1928, pela imprensa oficial do estado da Paraíba, uma nova edição foi lançada pela mesma editora. As outras duas edições saíram pela livraria Castilho, ainda no ano de 1928. A importância desse romance se faz sentir ainda, afirma Carpeaux, no número de referências bibliográficas concernentes a ele, demonstrando assim o êxito e a expressividade desta obra. (ALMEIDA, Apud PROENÇA, 2004).

A “Bagaceira” é considerada uma obra inaugural de um movimento literário denominado ‘romance de trinta’. Esse movimento literário tem por peculiaridade a produção de representações para o espaço denominado Nordeste. Os autores enquadrados nesse movimento produzem com certa regularidade representações sobre esta porção do território nacional.

De acordo com Luna (2000) a influência de Almeida sobre outros autores do romance de trinta pode ser percebida nas dedicatórias contidas em suas obras. Jorge Amado, em Os Velhos Marinheiros, afirma que os escritores de ‘trinta’ são seus descendentes. José Lins do Rêgo, outro importante nome desse movimento, expressa também seu reconhecimento ao criador da Bagaceira, afirmando que este lhe tornara escritor. Também Guimarães Rosa. Para este romancista José Américo havia aberto os caminhos para o moderno romance no Brasil. (LUNA, apud ROSA,

2000). Para Coutinho (2008) o autor paraibano não é apenas aquele que influenciou os escritores do “romance de 30”. José Américo é, segundo a autora citada, o iniciador do novo movimento literário brasileiro. Este movimento nasceu em 1928, com a publicação do livro “inaugural”, “A Bagaceira”. (COUTINHO, 2008).<sup>7</sup>

A influência do realismo era outra das marcas do romance de trinta. Em José Américo, essa influência se faz sentir ainda no prefácio do romance. Para o romancista, uma obra de ficção era uma das muitas formas de dizer a verdade, acrescentando que talvez fosse a mais persuasiva, por ter a forma de mentira. (ALMEIDA, 2004). Esta fala de José Américo nos lembra uma posição de Antônio Candido quando este afirma que: “à eficácia de um romance não é indiferente a intenção ideológica do autor, nem esta entra como simples argamassa da forma”. (CANDIDO, 2007 p. 618). Assim, a preocupação com a verdade no romance precisa ser percebida como uma estratégia para tornar o discurso eficaz no que diz respeito à produção de um efeito social.

A preocupação do escritor com a verdade na obra é estendida ainda a uma carta que José Américo envia ao intelectual carioca Alceu do Amoroso Lima. Nesta carta, que é enviada juntamente com um exemplar do livro na ocasião do lançamento de sua primeira edição, o autor afirma que, se não pôde traduzir a realidade da qual trata no romance, ao menos, pôde senti-la. (ALMEIDA, apud LUNA, 2000). Mais uma vez não é só a vontade de dizer o discurso verdadeiro que se sobressai nesta fala. José Américo procura estabelecer uma coerência entre autor e ambiente. Aquilo que estava narrado no romance, era algo visto, vivido, sentido.

Alceu do Amoroso Lima, de acordo com Luna (2000) era um dos mais conceituados críticos literários da época. Almeida buscava a confirmação daquilo que estava escrito em seu romance por este intelectual. O parecer deste crítico literário foi favorável a José Américo, e a sua análise conferiu notoriedade ao livro, tornando-o conhecido em todo o país, (LUNA, 2000).

Lima interpreta o livro do escritor paraibano como o livro do Nordeste, o “romance da seca”. Equipara o seu autor ao escritor de Os Sertões. Afirma que a cada passo na obra o autor da Bagaceira ‘recolhe gotas de verdade’. (LUNA, apud,

---

<sup>7</sup> - Fernanda Coutinho é doutora em Teoria da Literatura e professora do curso de letras da UFC.

LIMA 2000). Assim, o romance de José Américo de Almeida não é, como vimos, desprovido de legitimidade e de reconhecimento social.

O enredo situa-se entre 1898 e 1915, e conta a história de um grupo de retirantes (Valentim Pedreira, sua filha soledade, e seu afilhado, Pirunga) que se desloca da região do Bondó, na zona do sertão, para a região dos brejos, em Areia. Ao chegarem nesta região, encaminham-se para a zona dos engenhos, onde encontra acolhida no engenho Marzagão, de propriedade de Dagoberto Marçau. Sobressai-se no romance, sobretudo, a figura do sertanejo, personificado em Valentin Pedreira. Seu corpo é marcado com todos os signos produzidos pelas consequências das estiagens prolongadas incidentes no meio onde vive. Seu corpo lembra um “esqueleto redivivo”. Fugido da seca, o sertanejo possui o aspecto desfigurado pela magreza que, levada ao extremo, produz um efeito cômico. Chega a lembrar um “fantasma estropiado” (ALMEIDA, 2004, p. 8).

Cândido (2002) afirma que a criação da personagem de ficção pode ter diversas origens. Ela pode ser fruto apenas da imaginação, ou ela pode surgir de um modelo existente no mundo real. Candido (apud MAURIC, 2002) informa que o romancista pode lançar mão de sua memória e/ou dos sentidos para extrair os elementos da sua invenção, e assim tornar as personagens dotadas de ambigüidade, pois, apesar de não corresponderem a pessoas vivas, foram construídas a partir delas. Na construção da personagem, há todo um trabalho artístico, de “deformação ou de acréscimo” e é isso que torna o trabalho uma obra de arte, mas essa produção, nessa perspectiva, parte sempre de um modelo existente no mundo “real” (Candido, 2002).

Entre os vários modelos de personagem de ficção, Antônio Candido (2002) fala sobre aquela que é copiada com certa fidelidade de modelos com os quais o romancista teve contato direto. É o que ele chama “personagem projetada”, onde o escritor incorpora sua própria “experiência interior”, sua vivência, sentimentos ou idéias na construção da personagem. Existem ainda as construções a partir de figuras do mundo real com as quais o autor chegou a ter algum tipo de vivência, essa é a criação resultante da “experiência externa” do autor (CANDIDO, 2002). Ainda segundo Cândido (2002) as personagens também podem resultar de modelos com os quais o autor entrou em contato através de algum tipo de documento, ou testemunho histórico. O autor cria as personagens, então, embasado nestes modelos. As personagens podem ainda ser construídas:

(...) em torno de um modelo, direta ou indiretamente conhecido, mas que apenas é um pretexto básico, um estimulante para o trabalho de caracterização, que explora ao máximo as virtualidades por meio da fantasia, quando não as inventa de maneira que os traços da personagem resultante não poderiam, logicamente convir ao modelo (CANDIDO, 2002, p. 77).

Consideramos as personagens do romance “A Bagaceira” como personagens projetadas a partir da experiência externa do romancista, pois sabemos que, como brejeiro, José Américo tinha contatos freqüentes com “os retirantes” sertanejos em tempos de estiagens no Sertão, pois o seu destino era com freqüência o Brejo. Mas também suas personagens resultavam de modelos extraídos de obras historiográficas, é o que deixa transparecer o escritor no livro A Paraíba e seus problemas, onde é afirmado a respeito da figura do retirante que:

(...) O que impressiona primeiro que tudo é a magreza extrema, a lividez do rosto, as faces encovadas e, principalmente, a expressão do olhar que nunca mais se esquece; há, com efeito, uma estranha fascinação nessa vista que parece concentrar toda vitalidade do indivíduo, que brilha com um fulgor febril (ALMEIDA, apud DE MERSSEMAN, 1980, p. 220).

Essa representação da qual o autor se apropria no livro A Paraíba e seus problemas, aproxima-se com certa fidelidade da que ele fornece sobre o retirante no romance “A Bagaceira”. Sobre o aspecto físico, Almeida afirma que tal era a magreza que afetava os retirantes que os braços descarnados desciam-lhes aos joelhos. Mesmo sendo moços, os retirantes, por conta dos maus tratos, apresentavam aspecto de pessoas idosas, a “lividez” dos rostos, o encovamento das faces. Eram mais mortos do que vivos, a vida só aparecia no olhar, nos olhos de pânico, de assombração de si próprios. (ALMEIDA, 2004). Com isso não estamos afirmando que o romance se constitui como uma cópia fiel da realidade, pois existe em sua composição a dimensão criativa do artista. Na produção do romance, o autor incorpora a sua imaginação. Esta pode conduzir a criação a um processo de deformação daquilo que é percebido, observado na realidade. O autor pode exagerar os aspectos dos objetos observados, pode omitir, silenciar sobre determinadas características daquilo que lhe chega aos sentidos. Contudo,

assumindo a assertiva de Candido, (2002) sua produção parte de algo que existe no mundo real e que participou de alguma forma de sua vivência (CANDIDO, 2002).

Retomando o enunciado da citação transcrita acima, outro ponto nos chama a atenção sobre a descrição do retirante: “a vista que parece concentrar toda vitalidade do indivíduo”. Os sertanejos, na visão de Almeida (2004) são seres fortes, dotados de extrema resistência, inflexíveis a dor. São “titãs”, que só assumem os aspectos descritos acima quando são “alquebrados” nos tempos da seca, quando são obrigados a deixar o seu meio geográfico para migrar para outras regiões. Contudo, mesmo “alquebrados”, os sertanejos conservam algo de sua vitalidade, deixando transparecer-la no olhar. É assim que o sertanejo, representado por Valentim Pedreira na obra, é perpassado por esta dualidade. Alquebrado em sua força física, esta se concentra em sua psique, ou em sua rigidez moral. Almeida (2004) esmera-se por representar o sertanejo sob o signo da resistência, da bravura, da moral. Ele dedica poucos parágrafos do romance a descrição do sertanejo enquanto retirante para focalizá-lo em suas ações, ações que o diferencia dos brejeiros, que o eleva moralmente acima dos seus anfitriões do Brejo.

Por isso, são as características psicológicas e morais de Valentim Pedreira que mais se destacam. Homem soturno, melancólico, de poucas palavras. Homem que, com suas histórias de vida, com a narração de suas aventuras, faz emudecer o jovem bacharel Lúcio, o filho do dono do engenho Marzagão, que escuta cheio de interesse e admiração o que Valentim narra a respeito de si e do Sertão. Mais ele não é de jogar conversa fora. Ele fala de si, mas apenas quando é inquirido. Fala também para mostrar sua moral, suas crenças e costumes. As palavras de Valentim denotam um tom de ameaça. Ele se dirige aos homens do Brejo com histórias de bravura em defesa de sua filha Soledade. Ele sabia que as mulheres sertanejas, ao fazerem a retirada para os Brejos, transformavam-se em objeto de desejo para os brejeiros e, com sua filha, não era diferente. Ao narrar suas histórias de bravura, com desfecho trágico para homens que “bulia com mulher”, Valentim fazia séria advertência, até mesmo ao filho de Dagoberto Marçau.

Sobressalente também no romance é a figura de Dagoberto Marçau. Este personagem representa o dono de engenho. Homem discricionário, Dagoberto tocava o engenho Marzagão a ferro e fogo. Fazia seus trabalhadores trabalharem de sol a sol. Entre estes estavam os retirantes, pessoas que saíam do Sertão em tempo de seca. Aqui nos vem uma primeira representação de um dono de engenho, de

acordo com a visão que nos transmite José Américo: a falta de sensibilidade com relação à miséria do sertanejo. Isso ocorria porque o proprietário de engenho lucrava com as calamidades periódicas ocorridas no Sertão. Dagoberto também é aquele que representa o atraso da região. Apegado à técnicas seculares de exploração da terra, este homem não extrai dela tudo o que ela pode fornecer. Homem de mentalidade rústica, primitiva, Dagoberto Marçau, com seu grande latifúndio, explorado de forma rudimentar, representa o entrave ao pleno desenvolvimento do Nordeste. (ALMEIDA, 2004).

Outro personagem importante é o filho do proprietário do Marzagão, Lúcio. Ele é o portador de boas novas. Lúcio visualiza formas mais eficazes de fazer a terra produzir. Ele possui projetos de melhorias para a propriedade do pai. Formado em direito, Lúcio representa os bacharéis filhos dos latifundiários decadentes, grupo do qual o próprio José Américo fazia parte. As faculdades de direito era como a abertura a um mundo novo, onde se podia fugir do mundo arcaico que era os engenhos. O Marzagão era um mundo estranho ao personagem Lúcio. Ele não se reconhecia ali. Também lá não era reconhecido. Entrava sempre em atrito com o pai todas as vezes que falava em modernização do engenho. José Américo procura ilustrar com os dois personagens (pai e filho) o conflito de mentalidades entre o velho e o novo.

Lúcio também representa o desejo de mudança, expressa a concepção do escritor sobre o que deveria ser feito para tornar a região próspera. É nesse sentido que a literatura fala sobre o vir-a-ser, sobre o como as coisas poderiam ter acontecido ou poderiam ser. Ela procura traduzir muito mais o anseio das transformações do que a mecânica da permanência (SEVCENKO, 2003).

## **1. O NORDESTE E A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA**

As últimas décadas do século XIX foram ricas em conseqüências para os donos de engenho situados no Nordeste. A problemática da qualidade do açúcar produzido nos engenhos nordestinos desembocava na necessidade de modernização dos instrumentos de fabricação do produto, elevando assim sua qualidade e sua competitividade face ao açúcar europeu.

De acordo com Andrade (2005) a partir da segunda metade do século XIX, melhoramentos percebidos no processo de fabricação do açúcar fez surgir a idéia da instalação de engenhos centrais. Esses engenhos, acreditava-se na época, deveria separar a atividade agrícola da industrial, modernizando assim o parque produtor de açúcar do Nordeste.

Os engenhos centrais seriam “maquinismos possantes, capazes de esmagar cana de vários engenhos bangüês, e de fabricar açúcar de melhor qualidade” além de, como foi apontado acima, provocar uma divisão do trabalho em agrícola e industrial.

Os engenhos centrais pertenciam a companhias estrangeiras. Estas companhias eram proibidas de cultivar a cana e também de utilizar o braço escravo no processo de fabricação do açúcar. Como estava programado para receberem cana de vários engenhos bangüês, significando que a cana deveria percorrer longas distâncias até chegar ao engenho central, as companhias se comprometeram em construir estradas de ferro para o transporte da matéria prima até o local de sua industrialização. Os carros de boi, elementos integrantes das paisagens das zonas produtoras de açúcar, a partir de então, se limitariam a transportar a cana dos partidos distantes das entradas até os desvios construídos às margens das estradas de ferro. (ANDRADE, 2005).

Entretanto, os engenhos centrais na última década do século XIX constituíram-se um sério fracasso na tentativa de modernização do parque produtor de açúcar nordestino, inclusive no que diz respeito a tentativa de divisão do trabalho entre industrial e agrícola. “As companhias estrangeiras que montaram os engenhos centrais não estavam, através de seus técnicos, identificadas com as condições naturais e econômicas do meio nordestino”. Além disso, argumenta Andrade, a maquinaria era de má qualidade e em quantidade insuficiente, e os fornecedores de matéria prima costumavam descumprir as cláusulas contratuais, comprometendo assim a plena atividade industrial.

Podemos perceber assim que este esforço para modernizar o parque açucareiro se constituiu em fracasso pelos motivos apontados acima. Essa problemática não passa despercebida por José Américo e na Bagaceira é afirmado que:

As enxadas ronceiras tiniam na crosta endurecida, virgem da exploração mecânica...Culturas mesquinhas deformavam a terra pródiga. Eram arranhaduras superficiais, em vez de lhe rasgarem as entranhas para as fecundações profundas. (ALMEIDA, p. 19, 2004).



José Américo representa assim um Nordeste cuja agricultura é rudimentar, primitiva, atrasada. Aponta para a necessidade de mecanização no trato com a terra. E percebe que o maior entrave para a modernização das atividades agrícolas é a mentalidade do latifundiário, do dono de engenho.

Dagoberto Marçau, o proprietário do engenho marzagão, lugar onde se desenvolve a trama do romance, representa o apego a técnicas de exploração rudimentares da terra. É referido como aquele que, preso a uma mentalidade secular, é incapaz de vislumbrar melhoramentos nas atividades agrícolas. O autor explora este ponto confrontando a mentalidade do dono do engenho com a de seu filho Lúcio. Para Lúcio, jovem bacharel, a estrutura de funcionamento do engenho era desumana e arcaica. “Sua nova sensibilidade tinha uma direção mais útil e um ímpeto criador”. Essa ‘nova’ sensibilidade pressupunha que novos métodos, modernos, poderiam renovar a lavoura primitiva e retribuir melhor o trabalho do homem. “Lúcio insistia pela introdução de ‘novas’ técnicas agrícolas”. “O senhor de engenho não ia com essas idéias”.

Existe, portanto, um confronto de idéias entre o senhor de engenho e o seu filho Lúcio. Este instrumentalizado com idéias e soluções para resolver o problema que era tido como a causa do atraso e do desprestígio da região. Lúcio representa a nova geração de homens que, saída das faculdades de direito, iria se constituir no mando da sociedade, substituindo os seus pais, os latifundiários e aqueles que ditava as normas.

Dagoberto Marçal é aquele que no romance representa a figura do dono de engenho. Isso porque o autor do livro procura generalizar as características do proprietário do marzagão, atribuindo-as genericamente a todos os proprietários de engenho. Ao descrever a chegada de um grupo de retirantes ao engenho marzagão, procurando ressaltar as características físicas dessas figuras que fugiam da seca, José Américo evoca o sentimento de Dagoberto Marçal a respeito da visão:

(...) Dagoberto olhava por olhar, indiferente a essa tragédia viva...A seca representava a valorização da safra...Os senhores de engenho, de uma avidez vã, refaziam-se da depreciação dos tempos normais à custa da desgraça periódica (ALMEIDA, 2004, p. 9).

Podemos perceber nesta citação que o autor do romance começa externando o sentimento do personagem Marçal, para, em seguida, mostrar que aquele não era um sentimento só seu, pertencia ao grupo social composto por donos engenho. As

secas no Nordeste, segundo esta fala de Almeida, causam a miséria das populações residentes nas áreas onde ocorrem o fenômeno, provocando as migrações regionais. Estas, então, produzem os lucros dos proprietários de terra nas zonas férteis do Nordeste.

Contudo, não é só isso que o romancista deixa transparecer. O microcosmo que é apresentado como zona fértil do Nordeste (o Brejo) é percebido sob o signo do atraso. O anacronismo está impresso na mentalidade dos mandantes da região que não conseguem abandonar técnicas seculares de trato com a terra, como vimos acima, mais também nos modelos de relações de trabalho consideradas desumanas.

Um dos personagens do romance pode nos fornecer matéria de pensamento sobre esse ponto. Xiname, nos parece, figura no romance como um típico representante das relações de trabalho “decadentes” no espaço dos engenhos. Isso transparece em um ponto de conflito no romance em que Marçal decide fornecer acolhida ao grupo de retirantes provenientes da região do Bondó. Para que os retirantes fossem instalados, alguém deveria (à força) fornecer seu espaço aos recém chegados. Xiname, então, é intimado a deixar seu rancho para que o grupo pudesse se alojar. Não consentindo com a decisão vinda de Dagoberto Marçal, Xiname decide falar com o proprietário do engenho. Ao reivindicar o seu rancho, afirmando que não havia nascido para habitar em estrebaria, Dagoberto replicou dizendo que o trabalhador (Xiname) não havia nascido mesmo para estrebaria, e sim pra cangalha, pois esta está para o animal de carga. A estrebaria era espaço para animais nobres, como cavalos, seres que carregavam em seus dorsos a figura importante do latifundiário. Resignado com a decisão de Marçal, Xiname ainda reivindica a roça que havia plantado, escutando de Dagoberto a máxima que dizia que “o que estava na terra era da terra”. Era da terra a roça, os animais e os homens que habitavam o seu interior. A terra era do senhor de engenho. Tudo passava pela noção de posse.

José Américo percebia com desprezo essas relações. Não lhe atraía nem o tipo psicológico do dono de engenho, nem tampouco a figura serviu de Xiname. Para Almeida, Xiname era representante dos “Párias da bagaceira, vítimas de uma emperrada organização do trabalho e de uma dependência que os desumanizava”, (ALMEIDA, 2004, p. 8). O brejo então era um espaço decadente e corrompido pelas relações degradantes entre os homens. Aqui se faz necessário evocar a afirmação

de Gurjão, que postula que José Américo falava em nome dos oligarcas brejeiros quando defendia que uma linha férrea fizesse seu traçado através do Brejo para beneficiar esse grupo. Há de se perceber, assim, que não havia compatibilidade alguma entre o escritor e a sociabilidade percebida no espaço citado.

### 1.1 OS RETIRANTES

O ano de 1898 é também significativo, pois marca a ocorrência da primeira seca da vida republicana, fenômeno que se estendeu até o ano de 1900. É simbólico ainda pela recusa do então presidente da república, Campos Sales, em atender aos pedidos de socorro dos governadores nordestinos, argumentando que qualquer gasto extra-orçamentário colocaria em risco sua política de estabilização fiscal e monetária. Nesse ponto, Sales tinha uma posição semelhante à de Rui Barbosa, que em toda sua carreira política durante a República ignorou o problema da seca no Nordeste.

As épocas de grandes secas apresentavam uma dupla consequência na percepção de José Américo. As regiões férteis lucravam com exploração do trabalho das vítimas da seca. Nos sertões, localidades onde se manifestavam os fenômenos climáticos, suas populações passavam por uma verdadeira calamidade humana, onde a reação esboçada consistia na fuga para outras localidades onde pudessem encontrar meios de sobrevivência, pois a vida parecia abandonar os sertões.

(...) Sobreveio a seca de 1898. Só se vendo. Como que o céu se conflagara e pegara fogo no sertão funesto... Os raios de sol pareciam labaredas soltas ateando a combustão total. Um painel infernal. Um incêndio estranho que ardia de cima para baixo. Nuvens vermelhas como chamas que voassem... O sol que é para dar o beijo de fecundidade, dava um beijo de morte longo, cáustico, como um cautério monstruoso...Durante um ano a fio, uma gota d'água que fosse não refrescara a queimadura dos campos. (ALMEIDA, p. 23).

Esta fala José Américo põe na boca de Valentim Pedreira, outro personagem pleno de significado. Ele exercia uma espécie de liderança sobre os sobre os retirantes que partira com ele do Bondó, pois era o pai de um deles (Soledade) e o padrasto do outro (Pirunga). A própria partida do Bondó ocorreu por decisão de Valentim.

Valentim Pedreira representa a figura genérica do retirante. Não qualquer retirante. José Américo deixa claro que Valentim era proprietário no Sertão ao descrever a forma como o personagem portava o instrumento de trabalho no engenho: “E lá iam os dois (Valentim e Pirunga) de enxadas, não ao ombro, à maneira dos brejeiros, mas sobraçadas, como quem leva a vara de ferrão. Era a mesma hora em que costumavam soltar as vacas curraleiras”.

Valentim Pedreira era, portanto, o representante do grupo de proprietários arruinados com a ocorrência periódica do fenômeno climático que assola o Nordeste. Todas as consequências decorrentes do efeito das estiagens prolongadas sobre a vida dessas figuras são descritas pelo autor como uma verdadeira tragédia humana. O gado morto de fome e sede, as plantações destruídas, e as pessoas sem alimento. Para não amargar o mesmo destino dos animais, o homem do Sertão – Valentim Pedreira – precisa fugir para outros lugares.

Conforme o que foi afirmado acima, brejeiro é visto por Almeida sob o signo da negatividade, da decadência, do servilismo ou do arcaísmo. Proença afirma que José Américo confrontou sertanejos e brejeiros para tomar partido dos primeiros. Considerando que Valentim Pedreira representa o homem do Sertão, precisamos agora analisar as características deste personagem, segundo a visão de José Américo.

Para Almeida o homem sertanejo não pode ser explicado dissociado do seu meio, embora ele transporte seu ser para onde quer que vá. Isso porque o Sertão forjou um tipo de homem específico, um homem forte, resistente, “um titã”. A seca, juntamente com suas consequências, levou o sertanejo a adquirir características de guerreiro. A força devastadora do flagelo da seca havia forjado uma “raça blindada” no espaço sertanejo (ALMEIDA, 1980). Mesmo fora de seu meio este homem preserva suas características psicológicas e morais. Almeida ilustra este ponto descrevendo dois episódios ocorridos com o personagem Valentim Pedreira. O primeiro aconteceu no Sertão. Um amigo seu (Quincão) havia “desonrado uma moça donzela” a despeito do alerta que Valentim lhe dera: “companheiro, você sempre se esp’ritar conta sempre comigo; mas, não bula com moça donzela, senão encontra toco”. (ALMEIDA, 2004, p. 387).

Ao saber do ocorrido, Valentim Pedreira intimou o amigo a casar-se com a moça que havia “desonrado”. Negando-se a unir-se matrimonialmente à mulher, Quincão contrai a inimizade de Valentim, provocando um confronto físico entre

ambos do qual resulta a morte de Quincão. Com a narrativa desse episódio José Américo faz eco à sua própria voz quando em 1923 no prefácio do livro *A Paraíba e seus problemas* o autor faz uma citação de Capistrano de Abreu:

(...) Uma das causas mais fecundas de assassinatos premeditados é a vingança de atos atentatórios da honra do sexo feminino, e depois a vingança do sangue derramado, tomada pelos parentes da vítima. Dá-se nesta matéria uma filiação de causas que reagem e se reproduzem. Os crimes a que aludo são por certo mais freqüentes nos lugares do interior da província pouco populosos, onde não lavra a prostituição e onde parece que o valor da honra no seio das famílias é exercido pelo da vida. Daí, em parte, a irritabilidade e o esquecimento do recurso dos tribunais do país. Matar para roubar, matar para livrar-se de um credor exigente ou de um vizinho que disputa a propriedade territorial, raras vezes se verifica (ABREU, Apud ALMEIDA, p. 45-46, 1980).

Nesta citação, o autor da “Bagaceira” não fornece apenas a explicação para os freqüentes assassinatos que ocorriam no interior nordestino. Ele também faz emergir uma visão idílica dos sertões. Este espaço, para José Américo, é o lugar onde se prima pela pureza dos costumes, de onde está ausente a prostituição. Os crimes cometidos neste espaço, na visão de Almeida, são frutos do zelo e do empenho do sertanejo em manter o território livre da corrupção das formas de sociabilidade ali verificadas.

O segundo episódio ocorreu com a própria filha no espaço do engenho Marzagão. Ao descobrir que Soledade mantinha uma relação amorosa com alguém do engenho, julgando ser o amante de Soledade, o feitor Manoel Broca, Pirunga vinga-se do feitor subtraindo-lhe a vida. A morte de Manoel Broca foi creditada, contudo, a Valentim pedreira por Dagoberto Marçal, porque este via no ocorrido a oportunidade de mantê-lo na cadeia.

Mais tarde, descobrindo que o amante de Soledade não era Manoel Broca e sim o dono do Marzagão, já preso pela morte do feitor, Valentim estabelece um pacto com Pirunga no qual este se comprometia em não matar Dagoberto Marçal, pois esta era uma tarefa sua. Não contendo o “instinto de vingança pela honra ferida, Pirunga acaba provocando a morte de Dagoberto Marçal. Transcorrido algum tempo, quando Valentim sai da prisão, ao saber que Marçal havia morrido, declara que a única coisa que importava, que o mantinha vivo, era o sentimento de obrigação de vingar a “desonra” da filha, coisa que Pirunga já havia feito.

Almeida ilustra assim a idéia de que o sertanejo transplanta seu sentimento moral para onde quer que vá. Mas não só isso. Ele sugere uma explicação para as

mortes que ocorriam com frequência no espaço sertanejo. Os confrontos que levavam sempre à eliminação física de uma das pessoas, ou de um dos grupos de pessoas envolvidos no confronto, não era produto de “estigmas degenerativos de Três raças”, como dizia Euclides da Cunha. A maior parte dos crimes que ocorriam no Sertão eram frutos da quebra de códigos sociais existentes entre sertanejos que eram punidos com a morte do infrator. (FACÓ, 1991).

Podemos ainda visualizar uma denúncia da total ausência dos poderes públicos na região dos Sertões. Um lugar onde os indivíduos precisam punir de forma pessoal os crimes cometidos, cometendo outro crime, denuncia uma ausência do estado, um alheamento dos poderes públicos. Assim, ausência de uma atuação por parte do estado, combinado ao meio hostil, gerou o homem com o quilate do sertanejo.

O homem do Sertão é aquele ao qual “a seca deu coragem” e o “ensinou a sofrer”. Que foi moldado pelo meio hostil, que desenvolveu um temperamento correspondente a este meio. A força dos flagelos da seca só haviam encontrado oposição na força do temperamento resistente do sertanejo. Se o brejeiro é representado como aquele que está preso a uma relação que o transforma em propriedade de outrem, o sertanejo, figura então como seu completo oposto. Ele não se submete. Ele é aquele que não recua diante de um desafio mesmo que esteja em extrema desvantagem. A própria seca não o amedronta. O homem do Sertão só abandona a sua terra quando todas as esperanças o abandonam. (ALMEIDA, 2004).

José Américo ilustra essa idéia descrevendo um episódio no romance em que Valentim é acusado de ter assassinado o feitor Manoel Broca. Ao ser cercado por trabalhadores do engenho destinados a vingar a morte do seu feitor, estes armados com enxadas e facas, Valentim enfrenta a todos, fazendo-os recuar a cada gesto seu. José Américo queria com isto ressaltar a índole moral e guerreira do sertanejo.

Com todos esses adjetivos com os quais o sertanejo emerge no romance, podemos então concluir que Almeida percebia o sertanejo com elevada simpatia. No confronto com os brejeiros, o sertanejo aparece como que formando um contraste em relação ao habitante dos brejos. José Américo toma, então, partido pelo Sertão.

Poderíamos então afirmar que Almeida se estabelece como representante da oligarquia algodoeira e pecuária, aquela da qual falou Francisco de Oliveira. O discurso de José Américo poderia ser lido como mais “um discurso ressentido de um porta voz de uma oligarquia decadente”, destinado ao presidente da república, com

o propósito de sensibilizar o poder nacional para o envio de verbas para a região Nordeste. Verbas que seriam apropriadas pelos oligarcas. Que não seriam utilizadas para a melhoria de vida das populações nordestinas. E o autor com frequência figura nas interpretações históricas como representante de oligarquias, ora da brejeira, vezes outras dos oligarcas do algodão e da pecuária.

Contudo, o livro do autor que elidimos como fonte histórica não nos permite tal interpretação. Ele não figura como defensor dos interesses dos grupos hegemônicos brejeiros pelos motivos que acreditamos ter explicitado acima, como também não pode ser percebido como defensor dos interesses oligárquicos dos latifundiários do Sertão. Se José Américo pode ser considerado o defensor dos interesses de algum grupo, e, certamente, o é, esse grupo é o dos pequenos proprietários de terras do Sertão. Grupo do qual Valentim Pedreira era o representante. Consideramos significativa a fala que se segue a esse respeito: “Pequenos fazendeiros, no arremesso igualitário, baralhavam-se nesse anônimo aniquilamento”. (ALMEIDA, 2004, p.8). Almeida está apontando aqui para os efeitos da seca na vida desses pequenos proprietários.

Não eram os agricultores do “ouro branco”, donos de extensas plantações de algodão estendidas por léguas a perder de vista. Também não eram os grandes pecuaristas sertanejos o alvo da preocupação do autor da Bagaceira. O seu discurso expressa preocupação com o pequeno proprietário, aquele que, possivelmente, sobrevive da agricultura de subsistência, onde toda a família trabalha na terra para tirar o próprio sustento.

De acordo com a bagaceira, José Américo não poderia figurar como defensor de um latifúndio, por conta das conseqüências que este sistema de propriedade acarreta. No latifúndio, “o que está na terra é da terra”, incluindo os homens que trabalham nela. Terra que pertence ao latifundiário, dono da terra, dos animais e dos homens. Nesse sistema, o latifundiário não possui trabalhador e sim “cabras”, servis, obedientes, dóceis, maleáveis, submissos. Esses adjetivos, como vimos acima, não podem caracterizar o sertanejo.

#### **a. UM PROBLEMA SEM SOLUÇÃO?**

O Nordeste que José Américo faz emergir na “Bagaceira” traz o signo da negatividade. As áreas férteis figuram no romance sob o signo da falta de modernização tecnológica por conta da mentalidade anacrônica da classe dirigente da região. Terra de latifúndios dirigidos por proprietários instrumentalizados com métodos seculares de exploração da terra. Latifúndios cortados por dualidades extremas, onde o senhor de engenho figura como todo poderoso, cuja palavra equivale à lei, personagem anacrônico que evoca um passado colonial. Figurando no outro extremo os trabalhadores do “eito” de quem Xiname é o representante.

As regiões secas, os sertões, são representadas como espaços de calamidades periódicas, cuja população agoniza à falta de socorro público. Espaço das migrações forçadas, dos corpos esqueléticos a perambular pelas estradas em busca de um lugar onde possa se instalar, até que as condições climáticas permitam o regresso para a terra de onde partiram. O retorno, porém, não promete descanso. A permanência no lugar só é possível até o próximo desastre, após o qual Inicia-se novamente o cortejo bizarro.

Entre um desastre e outro, podendo-se visualizar os efeitos da seca na vida material dos sertanejos. Os animais morrendo de fome e de sede, a atividade agrícola impossibilitada. A terra rachada, os açudes secos. A economia totalmente inviabilizada nas áreas da seca. Para podermos nos expressar nos termos do romancista, vamos evocar a fala de Valentim Pedreira:

(...) Foi quando veio o rebentão [seca] de 77. Fiquei na estica. Mas... não pedi nem roubei... Eu já ia levantando a cabeça, me endireitando, quando apertou 88...Fiquei outra vez sem semente de gado...voou o derradeiro patacão do pé-de-meia (ALMEIDA, 2004, p. 25).

Parece não haver solução para este Nordeste que Almeida cria no romance. O ciclo de desgraça se repete um após o outro. De um lado, um Nordeste que se constituía num oásis, o brejo, mas que era habitado por homens incapazes de fazer o espaço prosperar. Do outro lado, o Sertão, onde os homens figuram como seres autônomos, moralmente corretos, com características de guerreiros, capazes de fazer a região prosperar, limitados, porém, pelos efeitos devastadores da seca.

Entretanto, o romancista joga também com outra estratégia. Esta consiste em focalizar o sertanejo no seu espaço, o Sertão, em época de chuva. Com isso Almeida queria mostrar que aquele espaço necessitava de uma intervenção eficaz



dos poderes públicos. Que se as obras contra as secas atuassem de forma eficaz, aquele espaço deixaria de ser uma região problema.

(...) Operava-se a mutação improvisa. A gleba convalescente recompunha-se num abrir e fechar de olhos. Tudo se transformava com a intervenção da primeira chuva, como se a queda d'água fosse o hissope aspergido da reconciliação do céu com a terra precita... O Sertão tinha um cheiro de milagre...Tinha morrido só pelo gosto de renascer...Reflorescia o deserto arrelvado nesse surto miraculosos da seiva explosiva ( ALMEIDA, 2004, p. 120).

É outra a paisagem sertaneja quando a chuva cai. José Américo evoca todo um conjunto de imagem no esforço de mostrar o milagre que se processava no espaço sertanejo. Esse espaço tinha solução. A seca era um problema solucionável. O homem do Sertão não estava irremediavelmente condenado aquele viver trágico. A submissão do homem à natureza não é total, pode ser atenuada com tecnologia.

No livro *A Paraíba e Seus Problemas* Almeida fala sobre a importância que as técnicas de irrigação tiveram nas mais variadas culturas. Para o autor, a agricultura não pode prescindir desse meio sob pena de tornar-se estéril. O Sertão nordestino, então, seria o espaço por excelência da disseminação das técnicas de irrigação com vistas à resolução dos problemas crônicos que assolavam este espaço.

Mas a quem Almeida direcionava este discurso? Nós já vimos que o escritor havia marcado uma ruptura entre a atuação de Epiácio Pessoa no combate à seca, e os outros governantes que dirigiram o país antes dele. Almeida fez essa afirmação no livro *A Paraíba e seus problemas*, publicado em 1923. Vimos também que Epiácio Pessoa se constituiu no mando da oligarquia paraibana em 1915 e permaneceu até o início da década de 1930.

As afirmações de Almeida em *A Paraíba e seus problemas* mostram que o escritor constituía-se como membro dessa oligarquia comandada por Epiácio Pessoa. José Américo parece não ver problema na gestão de Epiácio principalmente no que diz respeito à aplicação de verbas no combate aos efeitos das secas. Assim, o discurso de Almeida inscrito na *Bagaceira* torna-se contraditório, pois a denúncia do escritor sobre a falta de intervenção do estado precisamente no espaço onde era registrado as maiores calamidades, o Sertão, estaria direcionada ao próprio grupo.

Visualizamos a resposta a estas questões procurando entender o que estava acontecendo no ano em que o livro foi publicado, em 1928. Este ano marca a ascensão de João Pessoa à presidência do estado da Paraíba. João Pessoa também era um membro da oligarquia epitacista, mas que se notabilizou por ter empreendido uma política de reformas profundas, inclusive no que diz respeito à diminuição do poder dos coronéis. José Américo havia sido convidado por João Pessoa a compor o governo que este desejava empreender. O convite, segundo o escritor, aconteceu antes mesmo de João Pessoa chegar à presidência estadual. E foi esta proposta política, a de reforma profunda da estrutura de poder no estado que atraiu Almeida para compor o governo do sobrinho de Eptácio Pessoa.

José Américo ainda afirma que João Pessoa havia lhe confidenciado que só aceitaria o cargo de presidente do estado se o seu tio “lhe desse carta branca”, ou seja, deixasse que ele governasse com plena autonomia. Isso porque, de acordo com Almeida, a política paraibana estava “podre”, no entender de João Pessoa.

Por entender que Eptácio Pessoa sustentava aquela situação em que se encontrava a política paraibana sendo o seu chefe, e que o seu sobrinho desejava minar o sustentáculo dessa estrutura atacando os coronéis, concluímos que João Pessoa rompeu com o epitacismo. Abandonou também o epitacismo o escritor, ao compor o governo que desejava pôr fim ao domínio da oligarquia que comandava os mecanismos estatais.

Assim, podemos compreender o romance do escritor paraibano como uma estratégia para descaracterizar o regime político vigente até então. Almeida desejava mostrar a imagem da região sob controle daquela oligarquia. Procurava mostrar a inércia dos grupos oligarcas que estavam no poder, no que diz respeito à resolução dos principais problemas nordestinos. Por isso o escritor lança mão da literatura. Ela permite superdimensionar as imagens que ele desejava compor.

O romancista lança mão da estratégia de representar um Nordeste sob o domínio oligarca, que é o do retirante, do flagelado e de todos os problemas resultantes da forma trágica como vinha sendo tratado o problema das secas. E empenha-se também em representar o Nordeste do vir-a-ser, aquele Nordeste que poderia existir se soluções adequadas fossem empregadas na resolução dos problemas. Entendemos o romance “A Bagaceira” como um manifesto antioligarquico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho optamos por fazer uma abordagem geral da obra de José Américo de Almeida, pois nossa proposta era a de estudar a representação que o romancista cria do Nordeste em seu livro. Assim, não nos limitamos a falar sobre a problemática da seca e das suas consequências sobre o homem nordestino, tema que, certamente, se sobressai com saliência na obra. Este tema está presente em nosso trabalho, mas não ocupa toda nossa atenção. Procuramos direcionar nosso olhar também para outras questões, como por exemplo, a atribuição de sentido aos aspectos morais e psicológicos do sertanejo por parte do escritor, elevando o homem do Sertão em termos de valor sobre o homem do Brejo. Esta questão não está em nosso trabalho por acaso: ela faz parte de nossa argumentação na defesa de que o escritor não podia figurar como defensor dos interesses oligárquicos dos latifundiários do Brejo.

Questão complementar à elencada acima é a do “atraso tecnológico da região Nordeste”. Também essa temática abordada em nosso trabalho tem por finalidade mostrar a visão do escritor paraibano sobre o brejo, reforçando assim nossa posição de não identificar o autor como latifundiário.

Esforçamo-nos por mostrar também que José Américo não atuava na defesa dos latifundiários sertanejos, pois sua obra, “A Bagaceira” não fornece embasamento para isso. Ao contrário. O romance constitui-se como uma denúncia de uma estrutura social oligárquica que produz a figura do retirante, que impede que a região se desenvolva plenamente. Assim, procuramos fazer uma descrição geral da obra, procurando ressaltar as temáticas mais relevantes no livro, pois, precisamente estes aspectos é que revelam a sensibilidade do autor com relação às questões de sua época.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 37 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.

\_\_\_\_\_. *Eu e Eles – A União* 3 ed. João Pessoa, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Paraíba e seus problemas*. 3 ed. João Pessoa, 1980.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. *A terra e o homem no nordeste: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Edição atual. rev. Ampl. 7 ed. Cortês Editora, São Paulo, 2005.

BOSI, Alfredo. As letras na primeira República. FAUSTO, Bóris. (Org.) In: *O Brasil republicano tomo III: sociedade e instituições*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 295-319.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região in: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*, Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia I*; tradução Nilo Odalia. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. 1937- *O que é história cultural?* tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

CALL, Gilberto. *A nova face do movimento*. Revista de História da Biblioteca Nacional, RJ, ano 6n 61, outubro 2010.

CANDIDO, Antônio. O regionalismo como programa e critério estético: Franklin Távora. \_\_\_\_\_. In: *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2007. p. 614-621.

\_\_\_\_\_. A personagem do romance. In: \_\_\_\_\_. *A personagem de ficção et al.* 10 ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

CARNEIRO, J. O. et. al. As secas na Paraíba in: \_\_\_\_\_ *A Paraíba nos 500 anos do Brasil volume 1*, A União Editora, 2000.

Certeau, Michel de. A operação historiográfica p. 65-76 In: \_\_\_\_\_ *a escrita da história*, 2 ed. Rio de Janeiro, Forence Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: vol. 1 Artes de fazer*, 16 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1989.

\_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. In: introdução. UNESP. São Paulo, 2005.

COUTINHO, Fernanda. A Bagaceira: o mundo visto de dentro. *O Momento*, Paraíba, 24 de maio de 2008, Cultura, C4, e C5.

DIAS, Margarida Maria S. *Intrépida ab Orígenes: o instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida gráfica e editora LTDA, 1996.

FAORO, Raymundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* . 12. ed. Editora Globo, São Paulo, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. In: \_\_\_\_\_. prefácio à primeira edição (p. 29-54) 51 ed. São Paulo, Global, 2006.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias* João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* 3 ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos. *José Américo de Almeida* A união Editora, 2000.

MELO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência* A União Editora, 1994, Biblioteca paraibana.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. FAUSTO, Bóris. (Org.) In: *Brasil republicano tomo III: sociedade e instituições*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 42-92.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. In: \_\_\_\_\_. Introdução. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1981.

PENNA, Maura. Examinando pressupostos: a região Nordeste In: *O que faz ser nordestino, contexto*, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. *História & História Cultural* 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política, In: *O Brasil republicano, tomo III: sociedade e instituições* BÓRIS, Fausto (Org.) Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. vol. 2, p. 9-37.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

RICOER, Paul. A prova documental In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP, Editora da UniCamp, 2007, p. 188-192.

SANTOS, João Marcos Leitão. *1930 – A revolução que mudou a história do Brasil* Campina Grande, UEPB, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, SILVA. T. T. da (Org.) Petrópolis, 9 ed. Vozes, 2009. p. 73-101.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*, In: \_\_\_\_\_. Introdução. São Paulo, Moderna, 1984.

TAMER, Alberto. *O mesmo Nordeste* – Editora Herder, São Paulo, 1968.